



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE HISTÓRIA**

ARIANI DE OLIVEIRA LIMA

**PROJETOS COLONIAIS E ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA
CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, SÉCULO XVIII.**

PICOS- PI

2017.

ARIANI DE OLIVEIRA LIMA

**PROJETOS COLONIAIS E ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA
CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ, SÉCULO XVIII.**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada Plena em História. Sob orientação do Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva.

PICOS- PI

2017.

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

L732p Lima, Ariani de Oliveira

Projetos coloniais e administração portuguesa na capitania de São José do Piauí, século XVIII / Ariani de Oliveira Lima. – 2017.

CD-ROM: il.; 4 ¾ pol. (77 f.)

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) - Universidade Federal do Piauí., Picos, 2017.

Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva

1. Projeto Colonial. 2. Capitania de São José do Piauí. 3. Império Colonial Português. I. Título.

CDD 981.812 22



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros
Coordenação do Curso de Licenciatura em História
Rua Cícero Duarte Nº 905, Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032 e-mail: coordenacao.historia@ufpi.br

- Identificação:
() Teste
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

ATA DE QUALIFICAÇÃO DE MONOGRAFIA

Aos cinco (05) do mês de Julho de 2017, na sala do Laboratório de Ensino de História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, reuniu-se a Banca Examinadora designada para avaliar a Defesa de Monografia de **Ariani de Oliveira Lima** sob o título **Projetos coloniais e administração portuguesa na Capitania de São José do Piauí, século XVIII**.

A banca constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Mairton Celestino da Silva
Examinador 1: Prof. Dr. Agostinho Júnior Holanda Coe
Examinador 2: Profª Drª Érica Lôpo de Araújo

Deliberou pela APROVAÇÃO do (a) candidato (a), tendo em vista que todas as questões foram respondidas e as sugestões serão acatadas, atribuindo-lhe uma média aritmética de 8,5.

Picos (PI), 05 de Julho de 2017

Orientador (a): Mairton Celestino da Silva
Examinador (a) 1: Érica Lôpo de Araújo
Examinador (a) 2: Agostinho Júnior H. Coe

À minha família, estes que sempre me apoiaram e estiveram do meu lado em todo os momentos, e me ensinaram a sempre lutar pelos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Sempre acreditei que tudo na vida é possível se feito com dedicação e determinação. Reconheço que a caminhada até a conclusão desse trabalho não se deu de maneira fácil, mas foi em cada dificuldade, em cada momento de cansaço que percebi o quão significativo se faz a presença de pessoas queridas na construção e concretização de um sonho, estas que me motivaram e se mantiveram ao meu lado até então, as quais tornaram esse processo menos desgastante.

Confesso que não sou boa com as palavras quando se trata de expressar o que eu sinto. Mas, me sinto na obrigação de agradecer a pessoas tão importantes e significativas, e desta forma as palavras fluem de maneira natural e são expressadas com o coração. Agradeço primeiramente à Deus, este que sempre esteve segurando minhas mãos quando eu temia fraquejar, que nunca me deixou desistir, mesmo quando o cansaço persistia em tentar me vencer. Obrigada, por nunca desistir ou esquecer de mim!

De maneira única e especial agradeço aos meus pais, estes que sempre estiveram presentes em todos os momentos da minha vida me motivando e apoiando. Ao meu pai Adriano, não encontro palavras para lhe agradecer por tudo que fez e fazes por mim, pai melhor eu não poderia ter! Minha mãe Gecilene, agradeço por todas as orações, por todas as vezes que parou para ouvir meu choro quando o cansaço me consumia, e a senhora apenas me dizia: “tenha paciência que tudo vai dá certo e se resolver, tenha fé em Deus”. Ainda não menos importantes e cruciais em minha vida, agradeço a Arissa e Keveni, por sempre estarem do meu lado, vocês são os melhores irmãos que a vida poderia me dá. E Arissinha, espero está fazendo jus de todas as palavras e confiança depositada em mim, quando falas da minha capacidade. Obrigada, por serem a melhor família que Deus poderia me dá, amo vocês!

Agradeço a toda a minha família! Mas, para além dos meus pais e irmãos, merecem destaque os meus avós paternos Francisca Lima e Adrião Batista e aos maternos, Deusa Maria e José Gerardo (que não se encontra mais entre nós, mas que onde estiver está sorrindo e comemorando essa conquista), obrigada por serem estes avós maravilhosos e por estarem sempre do meu lado.

De uma forma carinhosa e com uma imensa gratidão, agradeço a uma pessoa que me motivou e ajudou a amar ainda mais o curso de História, com sua intelectualidade e maneira de interpretar as coisas, uma pessoa especial que a UFPI me trouxe. Sérgio, muito obrigada pelas palavras de conforto, pelas ajudas acadêmicas e por sempre está do meu lado quando precisei,

mesmo estando longe. Obrigada, por acreditar no meu potencial, quando nem eu mesma acreditava ser capaz, por segurar a minha mão quando a insegurança tentava me alcançar, por me mostrar o melhor de mim.

Agradeço à minha amiga de apartamento, de vida e de confidências, Jaynne. Obrigada por sempre está ao meu lado e por fazer parte de um dos momentos mais importantes da minha vida. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa, que alegra todos os dias da minha vida e que carregarei para todo o sempre. Te amo, nega! Destaco também duas pessoinhas que chegaram a pouco tempo em minha vida, mas que já são muito significativas e importantes para mim, Nayane e Gizeli. Obrigada por terem aparecido em minha vida num momento complicado e por terem trago alegria para esta.

Ainda como uma das pessoas mais importantes, a qual compartilho esse momento, a minha amiga e segunda mãe, Marinalva. Agradeço por tudo que fez, sobretudo, por me ajudar na conquista desse tão almejado sonho, por sempre está disponível para ouvir minhas lamúrias sobre a vida, por sempre acreditar que eu seria capaz... Obrigada por fazer parte da minha vida! Agradeço também de maneira toda carinhosa às minhas duas amigas de farra, de vida... Flávia e Mirian. Estas que se fizeram presentes em todos os momentos, apoiando e acreditando no meu potencial. Obrigada minhas lindas, adoro vocês!

Merece destaque ainda, o professor e orientador deste trabalho, Prof. Dr Mairton Celestino da Silva, que ao longo da escrita da monografia tornou-se um grande amigo, sendo sempre paciente, dedicado e disposto a ajudar. Obrigada pelas contribuições, pelos puxões de orelha, pelas palavras de conforto, pelo companheirismo. Sem suas contribuições e ajuda este trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Ms. Rodrigo Gerolineto Fonseca, agradeço por ter me disponibilizado os documentos do Projeto Resgate, quando lhe procurei para falar do que desejava pesquisa, pois foi quando me encontrei defronte com a documentação, que reafirmei a necessidade e interesse pela pesquisa; estendo ainda este agradecimento a sua esposa e minha professora, Ma. Ana Paula Cantelli Castro, está que também se mostrou sempre disposta a ajudar, dando-me a maior força para que desse continuidade com o desenvolvimento desta pesquisa; Ao professor Ms. José Lins Duarte, professor e coordenador do curso, por ser sempre compreensível e amigo; e ainda ao professor Dr. Gleison Monteiro, Professor do curso e Diretor do campus, pelas ajudas acadêmicas, pelas contribuições na banca de TCC I, por tudo.

Agradeço ao professor Dr. Agostinho Júnior de Holanda Coe por disponibilizar fontes, livros e na transcrição dos documentos, além, claro, de participar da banca de defesa. Com a mesma alegria, agradeço também à Professora Dr^a Érica Lopo de Araújo, recém egressa na UFPI e uma pesquisadora de profundo conhecimento sobre o período que em muito ajudará na argüição da banca de monografia. Ao professor Dr. Manoel de Jesus Barros Martins, professor da Universidade Federal do Maranhão, o qual se prontificou a ajudar-me com a transcrição da documentação com seu jeito sempre atencioso e paciente, ensinando um pouco da sua arte de transcrição documental. Desde o início, quando nos visitou em Picos, o mesmo sem me conhecer não negou ajuda, acabando por se tornar um bom amigo.

Para finalizar os meus agradecimentos, merecem destaque e importância nessa conquista a família 2013.1/2017.1. Estes que durante essa jornada acadêmica aprendi a amar, respeitar e considerar nesses 4 anos e meio de caminhada. Os levarei para toda a vida. E é com lágrimas nos olhos que escrevo estas singelas palavras, lágrimas de alegria, pela imensa felicidade de realizar um dos mais importantes sonhos, ao lado de pessoas tão especiais e importantes e por ter presenciado momentos de felicidade, bem como momentos de tristezas e termos continuados firmes e fortes com nossos objetivos. Deixo um carinho para aos meus amigos e colegas de classe, Marina Carvalho, Iara Ferreira, Jéssica Luz, Jardel Alves, Paulo Henrique, Rosilene Vieira, Camila Moura e Lohayne, por serem os melhores amigos, e por sempre estarem ao meu lado. E ainda duas pessoinhas que ocupam um lugar imenso no meu coração: Jenilda Sousa e Emanuel Batista. Não há palavras para definir o carinho, o respeito e o amor que sinto por vocês. Agradecer a Deus por ter-los colocado em minha vida e por me achar merecedora das suas amizades. Obrigada por existirem!

Aqui inicia o fim de uma linda jornada, uma história de uma parte da minha vida em que todos os momentos foram significativos e serviram de aprendizado, hoje e sempre.

RESUMO

A problemática central desse trabalho é buscar analisar o processo de criação de um possível projeto colonial português, de viés político-administrativo, para a capitania de São José do Piauí e, a partir disso, entender quais os objetivos que os agentes reinóis buscavam, quando adquiriam suas posses através das cartas de sesmarias, para essa região no decorrer do século XVIII. Para atingir tais objetivos, partiremos de uma visão geral do que era o império colonial português e suas ações no território do Estado do Brasil e, em especial, do Piauí. Para isso tomaremos como foco de análise a instalação da estrutura administrativa colonial portuguesa no Piauí mediante a criação da cidade de Oeiras, em 1759.

Palavras-chaves: Projeto Colonial. Capitania de São José do Piauí. Império Colonial Português. Primeiro Governo.

ABSTRAT

The central problem of this work is to analyze the process of creating a possible Portuguese colonial project, with a political-administrative bias, for the captaincy of São José do Piauí and, from this, to understand the objectives that the reinóis agents sought, when acquired their possessions through the letters of sesmarias, to this region during the eighteenth century. To achieve these objectives, we will start with an overview of the Portuguese colonial empire and its actions in the territory of the State of Brazil and, in particular, of Piauí. For this we will focus on the installation of the Portuguese colonial administrative structure in Piauí Through the creation of the city of Oeiras in 1759.

Key-words: Captaincy of São José do Piauí. Colonial Project. First Government. Portuguese Colonial Empire.

ABREVIATURAS

RIHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

APEPI- Arquivo Público do Estado do Piauí

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

LISTA DE MAPAS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

MAPAS

Mapa 1. Carta geográfica da Capitania do Piauí, por Henrique Antônio Galluzzi, 1761.	43
Mapa 2. Mostraçẽ na prezente carta a descripçao de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba...na boca do rio da Prata.....	73

TABELAS

Tabela 1. Composição social (1697) quanto a cor-etnia.....	45
Tabela 2. Composição Social (1697): Quanto ao sexo	47
Tabela 3. Distribuição da população no Piauí em 1697 de acordo com a condição social	48
Tabela 4. Descrição das fazendas do Piauí no final do século XVII	50
Tabela 5. Superfície das fazendas do Piauí - Século XVIII (em léguas).....	51
Tabela 6. Número de fogos das vilas do Piauí: 1762.	53
Tabela 7. Número de pessoas livres e cativos, e de fogos na sede e nos subúrbios, no Piauí em 1762... ..	64
Tabela 8. Número de fazendas de gado no Piauí: 1697 – 1772.....	69

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO 1: A ÍNDIA OCIDENTAL: O PODER DO GOVERNO PORTUGUÊS E SUAS AÇÕES MEDIANTE AS RELAÇÕES DE PODER	19
1.1. A Expansão dos Domínios Portugueses noMundo Atlântico	21
Transformações e modificações ocorridas com ainvasão portuguesa	23
Ocupação e distribuição do povoamento no território	26
1.4. Uma história conectada: índios e negros africanos escravizados na sociedade colonial brasileira	30
CAPÍTULO 2. JESUÍTAS E A MISSÃO DA COMPANHIA DE JESUS NAS ÁMERICAS	33
2.1. Política e Administração portuguesa no tempo de Pombal	37
CAPÍTULO 3. O INÍCIO: A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ OU CAPITANIA DO PIAUÍ	42
agentes coloniais, índios, escravos e místicos na composição social do Piauí.	
45	
“O curral e o açougue do Brasil”: a instalação das primeiras fazendas de gado no Piauí	49
Vilas, freguesias e a instalação de um projeto português	52
CAPÍTULO 4. A CAPITANIA DO PIAUÍ A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO (1759): MUDANÇAS OU PERMANÊNCIAS?	54
A busca pelo controle da Capitania: o governo de Pereira Caldas (1759- 1769)	
.....	56
A Capitania do Piauí após a implantação doPrimeiro Governo	63
A economia Piauiense: Uma “ideologia pecuarista”	67
CONCLUSÃO	71
ANEXOS	73
ANEXO A	74
FONTES E BIBLIOGRAFIA	75

INTRODUÇÃO

O referido trabalho tem como objetivo central, analisar a criação de um possível projeto colonial para a capitania de São José do Piauí. Objetivando responder algumas inquietações por mim levantadas no decorrer dessa pesquisa, quais sejam: Qual o objetivo central deste projeto? De que forma a criação deste projeto colonial influenciou nas relações sociais e econômicas da população? E Como o governo de João Pereira Caldas contribuiu para a efetivação ou não desse projeto? Tendo como marco temporal o final do século XVII e início do século XVIII, mas em diversos momentos será necessário voltarmos a períodos anteriores, com o intuito de esclarecer e pontuar algumas questões indispensáveis para fundamentação deste trabalho.

Em seu primeiro momento, o projeto de pesquisa justificasse por uma questão pessoal, onde se tem como objetivo principal, entender se houve a criação de um possível projeto colonial para a capitania do Piauí, tendo em vista que devido ao tempo que tivemos na disciplina de Piauí I, não foi possível a realização de tal aprofundamento. E foi através da necessidade de conhecer mais sobre o período, que está problemática foi levantada, como objetivo central dessa pesquisa.

Então foi através da busca por respostas e da vontade de aprender mais sobre o período, que se tornou perceptível que o problema que causava inquietação e curiosidade, poderia vir a se tornar um tema de pesquisa para monografia. E tendo em vista, que a temática em questão poderia proporcionar o desenvolvimento de outros trabalhos, pois assim como sabemos, nenhuma pesquisa esgota-se em si mesma, sempre abre espaço para novas questões, problemáticas e serve como subsídios para instigar e fomentar novas pesquisas.

Em um segundo momento, o projeto de pesquisa justificasse, devido à realização de pesquisas e leituras de algumas dissertações, artigos e obras sobre o período em questão, onde passei a me identificar com a temática, passando a sentir-me instigada a pesquisar sobre o período. Desta forma, com a realização desse trabalho pretendo contribuir para a valorização da produção de trabalhos sobre temas regionais, e assim também, buscar contribuir como norte para futuras pesquisas e abertura para novas problemáticas.

Para tanto, para a concretização deste projeto de pesquisa, utilizarei como fontes, além de documentos oficiais, como: cartas, ofícios, correspondências, requerimentos, os quais foram digitalizados e disponibilizados pelo Projeto Resgate, assim também como documentos

disponibilizados pelo IHGB¹, a Carta de Pero Vaz de Caminha² e documentos do APEPI³.

Para o desenvolvimento deste trabalho, antes da análise das fontes me depararei com a necessidade de contextualizar os documentos com os quais irei trabalhar, buscando entender o aparato administrativo da época, funções e atividades desenvolvidas pelos indivíduos que os compunham.

O entendimento desse grande mecanismo administrativo é fundamental para se compreender que tipos de documentos teriam sido hipoteticamente produzidos e arquivados nos desvãos das estantes dos funcionários régios. Hipoteticamente, pois nem sempre se tem plenas garantias de que tais documentos foram de fato produzidos, ou seja, se os administradores cumpriram fielmente suas obrigações.⁴

Contudo, esses documentos administrativos são de grande importância para o entendimento dessa pesquisa, por tratarem:

Numerosas questões relacionadas à administração pública são tratadas na correspondência que autoridades do Executivo mantinham com autoridades das mais diversas esferas. [...] essa série costuma também ser bastante instigante por retratar temas do cotidiano municipal e pessoal, fossem eles prosaicos, fossem complexos.⁵

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes, sendo feita esta divisão devido a forma como a pesquisa foi sendo desenvolvida, pois, como poderão ver no decorrer da leitura, a mesma parte de uma visão mais geral, ou seja, do macro, buscando entender através de uma perspectiva mesmo que de forma breve, a América Portuguesa, as ações e medidas desenvolvidas pelos portugueses no território.

Sendo importante ressaltar que nesta primeira parte do trabalho apenas faremos, uma breve análise do cenário Brasileiro perante as ações dos portugueses, não sendo este o foco da nossa pesquisa, mas que se faz necessário para entender, dar sentido e embasamento para esta.

Desta forma, partiremos do macro, para entender o micro - que corresponde a segunda parte do trabalho - que será a capitania de São José do Piauí, onde é traçado um percurso de análise que abrange o rol, que compõe a formação da capitania do Piauí, a criação e implantação do primeiro governo no Piauí, trajetória governamental de Pereira Caldas,

¹Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

²Disponível na Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>
A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo

³Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁴BACELLAR, Carlos. *Uso e mal uso dos arquivos*. In: _____ PINSK, Carla Bassanezi. Fontes documentais. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. P.44.

⁵BACELLAR, Carlos. *Uso e mal uso dos arquivos*. In: _____ PINSK, Carla Bassanezi. Fontes documentais. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008. P.27.

composição social, o comércio e a efetivação do mesmo, mediante a criação de gado, para assim encontrar respostas para as perguntas por mim levantadas.

Contudo, estando dividido em duas partes, a pesquisa contempla 4 capítulos. No primeiro capítulo, intitulado: “ A Índia Ocidental ou Terra do Brasil: O Poder do Governo Português e suas ações mediante as relações de poder”, buscamos entender as ações da coroa portuguesa no Brasil, onde para tal, analisaremos seus objetivos ao ocupar o território e suas justificativas em colonizá-lo. As transformações ocorridas com a chegada dos portugueses que irão modificar e/ou formar uma nova composição social diferente da composta apenas pelos índios, onde teremos um choque entre duas populações distintas, tanto em suas características, comportamentos e etnias, forjando-se uma nova forma de relações humanas.

No segundo capítulo, analisaremos as ações dos jesuítas, que de início serão vistos pelos portugueses como algo necessário e que contribuirá para controlar a população existente, através da catequese e aldeamentos, mas que depois passarão a serem vistos com algo que pode atrapalhar os negócios, devido a devoção dos indígenas pelos mesmos. Desta forma, através da política pombalina os padres jesuítas são expulsos do território.

Contudo, o interesse de dar início ao presente trabalho, com os referidos capítulos, reside no fato da busca por situar o leitor em meio ao contexto no qual a seguinte pesquisa encontra seu objeto de estudo, sendo este: A Capitania de São José do Piauí, mais especificamente, seu aparelho burocrático. Objetivando assim, compreender como a administração portuguesa desenvolveu suas ações, para com a população da Capitania do Piauí. Para tanto, faz-se necessário compreender a criação de um possível projeto político-administrativo para a mesma, para assim entender quais seriam seus principais objetivos a partir de sua efetivação em 1759.

A segunda parte do trabalho contempla o terceiro e quarto capítulo. No terceiro capítulo, intitulado: “O início: A criação da Capitania de São José do Piauí ou Capitania do Piauí”, buscarei entender o processo de povoamento do Piauí, visando compreender como se constituiu o seu povoamento, tendo assim como base dois tipos de povoamento: O nativo e o colonizador, e não apenas a partir da criação de gado. Desta forma estudarei a História do Piauí, utilizando-me da História Social, para assim dar ênfase a história dos excluídos, marginalizados. Pois como pode ser visto no caso do Piauí, os índios foram deixados de lado ou apresentados de forma negativa por muitos escritores tradicionalistas, os quais dão destaque apenas aos colonizadores. Assim como pode ser observado na passagem abaixo:

Em dois séculos de colonização, os nativos são extintos por uma verdadeira guerra, continua e violenta, comandada por desbravadores do sertão nordestino, paulistas e baianos, “preadores de índios”. As terras foram ocupadas para a implantação de uma economia baseada na criação de gado”.
6

Diferente das outras capitânicas brasileiras, o Piauí foi invadido do interior para o litoral, estando as fazendas de gado concentradas no interior da região. Diante desses fatores, o que teremos é o surgimento, da "Ditadura do Ruralismo"⁷, Outro fator que também contribuiu para a ruralização era a busca por lugares perto dos cursos de água devido à seca e necessários para a manutenção da existência dos gados, e também pelas más condições vivenciadas nas vilas. Como podemos perceber na descrição feita por Mott, sobre a vila da Mocha capital e sede da capitania do Piauí;

...Serve de câmara umas casas térreas de barro e sobre o que corre litígio. A cadeia é coisa indigníssima, sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e de mais, coisa nenhuma. As casas da cidade, todas são térreas, até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade, verdadeiramente, só goza o nome.⁸

Um outro fator ainda, pode ser entendido devido a forma como as fazendas de gado estavam divididas. Sendo que boa parte dessas fazendas estavam concentradas nas mãos de poucos sesmeiros, podendo ser destacado; Domingos Afonso Sertão, como sendo considerado o maior detentor de fazendas de gado no Piauí, possuidor de 129 fazendas. Apesar de ser determinado que essas fazendas pela "carta régia de 7 de setembro de 1697, não deveriam ultrapassar 3 léguas de comprimento por 1 légua de largura", os fazendeiros excediam esse comprimento, em muitos casos devido a cobiça ou a necessidade da pecuária. Tendo em vista, que

Na ocasião da seca torna necessário movimentar as boiadas em grandes espaços, alternando pastos para que eles consigam achar capim seco e frutas (daí) os grandes proprietários das grandes fazendas não querem ceder porção alguma de suas terras (para moradia dos

⁶DIAS, Claudete Maria Miranda. *Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial*, In: História e Historiografia. Cidade: editora, 2006. P.419.

⁷Ver, MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento Rural Centrífugo*. In:_____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*,1976

⁸MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento Rural Centrífugo*. In:_____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*,1976. p. 346 - 347.

agregados), por considerarem indispensáveis as grandes extensões para atender a criação de seu gado.⁹

Podemos perceber que a formação das vilas no Piauí não foi algo espontâneo, mas sim imposto pela coroa, o qual foi determinado através de uma carta régia. Com relação a questão econômica, é de grande importância ressaltar que além da criação de gado, haviam propriedades menores as quais se encontravam em brejos ou terras úmidas, onde havia uma pequena população que se dedicava a agricultura de subsistência, porém algo ainda muito reduzido.

No quarto capítulo, “A Capitania do Piauí a partir da implantação do Primeiro governo (1759): Mudanças ou permanências? ”, delimita seu estudo a partir da criação em 1759 da capitania do Piauí, separando-se do Maranhão na parte administrativa, nomeando como governador João Pereira Caldas.

Em face dessas circunstâncias, há mais oportunidades mais oportunidades para melhor tratar da criação dos órgãos indispensáveis à administração [...] tais como secretária de governo, almoxarifados [...] Provedoria Real da Fazenda e sobre tudo da organização das forças da capitania, instrumento indispensável a manutenção da ordem.¹⁰

Mas, por outro lado, a população vivia aquém da burocratização e dos modelos repressivos, eram assistidos pelos Dragões, que vinham do Maranhão para resguardar a capitania. Recebida a Carta Régia de 1761, que revoga a criação de vilas, Como Parnaíba e Santo Antonio do Surumbi, que viraram freguesias e Mocha elevava-se á cidade e capital, levando consigo os ganhos, privilégios, garantias e sanções que iam, por fim estimular o crescimento. E Nesse meio tempo, surge um aglomerado de casas no Porto de barcas, que vinha se erguendo e crescendo no comércio de carne e couro, que vira fonte de renda primária anos depois. E Parnaíba se torna economicamente ativa.

A pecuária piauiense que vinha decaindo com seus preços, só passará a ganhar fôlego, com a criação precedente do charqueado saladeril. Esse que surge primeiro no Rio Grande do Sul, e aqui fora implantado por João Paulo Diniz, que tempos depois cria a vila de Parnaíba, entreposto importante que vivia na clandestinidade e meio a contrabandos, ferindo interesse governamental, como o da Fazenda Real.

Todavia, mesmo após a implantação do Primeiro Governo na capitania, presenciava-se

⁹MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento Rural Centrífugo*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976. p. 350.

¹⁰NUNES, Odilon. *Primeiros Governos*. In: _____. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Artenova, 1966. P. 105.

uma grande disputa por poder, estabelecida entre a igreja e os donos de terras. E por outro lado, temos as ações desenvolvidas por Pereira Caldas, como forma de “civilizar” a população que ainda se encontrava submersa nas matas cuidando da criação de gados. Onde, buscava “[...] fazer valer a justiça do Estado, atuando sobre as relações entre fazendeiros e agregados, controlando os modos de vida da população, mudando suas residências para as vilas que queria ver florescer [...]”.¹¹

E o Piauí continua a seguir, mesmo após a expulsão dos jesuítas, com as perseguições aos índios, mas agora de forma diferente à utilizada pelos padres. Caldas, tem “assim, os cinco primeiros anos de seu governo dedicados à formação das forças, Fundações de vilas e administração das fazendas que foram de Mafrense”.¹²

¹¹ FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A “NOBREZA DA TERRA”*: a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII. *Outros Tempos*, vol. 09, n.14, 2012. P 11.

¹² NUNES, Odilon. *Primeiros Governos*. In:_____. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Artenova, 1966. p.112.

CAPITULO 1: A ÍNDIA OCIDENTAL: O PODER DO GOVERNO PORTUGUÊS E SUAS AÇÕES MEDIANTE AS RELAÇÕES DE PODER.

No final do século XIV, sob desdobramento dos ideais da expansão marítima, os países europeus movidos por interesses mercantis e religiosos, darão início a um processo de atividades colonizadoras, que perdurarão até o século XVIII, quase três séculos. O que se tinha em mente era a busca por riquezas: ouro e especiarias, expansão dos domínios comerciais e territoriais, assim também, como a propagação dos ideais cristãos.

Todavia, esse empreendimento mercantilista iniciado na Europa, não ocorrera de maneira isolada do restante do mundo, acontecendo simultaneamente no outro lado do hemisfério, nos países da África e Ásia¹³.

[...] mundo que não é só aquele da criação, dos antigos e da Idade Média, mas também o conjunto formado por quatro partes distintas – Europa, América, África, Ásia – ou seja, zonas distribuídas nos dois hemisférios e que já haviam sido ocupadas ou que deveriam ser rapidamente conquistadas.¹⁴

Como resultante da expansão dos horizontes europeus, os homens colonizadores passarão a desbravar e conhecer terras que até então eram desconhecidas por eles, o que teremos é a descoberta de um novo mundo, este que se fazia desconhecido aos olhos daqueles que se mantinham voltados para a costa territorial de seus países. Desta forma, o que teremos no alvorecer do século XV é o início de um processo de conexão entre as várias partes que formarão um todo, ou seja, teremos um processo de globalização.

Cabe ressaltar, que a apropriação do termo: expansão de horizontes, não tem como objetivo apenas referir-se a uma questão de abrangência territorial, mas, sobretudo, de pontuar, que o alargamento das fronteiras, do mundo, propiciou o contato de diversas civilizações, tradições, culturas, línguas, costumes, raças. Havendo uma mundialização¹⁵ de saberes e conhecimentos, para diversas regiões que até então não tinham ligações diretas com a Europa.

¹³ Ver, GRUZINSK, Serge. *O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio*. Estudos avançados 17 (49), 2003.

¹⁴ Op. cit. p. 331.

¹⁵ Ib. Idem.

Com o processo de expansão marítimo-comercial, o qual ocorrera devido ao aperfeiçoamento nas artes da navegação, juntamente com o advento do renascimento, o qual permitia ao homem fazer novas leituras e interpretações sobre o mundo, contribuindo para o desvencilhamento de rotas comerciais antigas, dando subsídios para que os países europeus, dentre eles, os portugueses, se desprendessem da sua fachada oceânica e avançassem ao mar.

E assim Portugal se torna pioneiro nos projetos de conquista de novos territórios nas Américas. Por vários fatores os ibéricos assumem a dianteira no expansionismo marítimo, principalmente por possuírem uma posição geográfica favorável, dominarem as técnicas de navegação e por atrair o interesse de classes sociais internas dispostas a se aventurarem além-mar em busca de bons negócios.

Os impulsos para a expansão não se deram apenas devido a fatores comerciais. Os mesmos moviam-se por sonhos, desejos de conhecer novas terras. Criava-se todo um imaginário de como seria o novo mundo, pensamentos estes que já existiam desde a idade média. Mas por outro lado e, em primeiro lugar, é fato que os portugueses buscavam por benefícios materiais, tendo em vista que a grande atração dos tempos era a busca por ouro e especiarias.

A ocupação da América pelos colonizadores portugueses, o que para nós é tido como algo natural e que se deu de forma ocasional, acabou por deixar de atentar para os interesses que estavam por trás desse processo. Como já foi mencionado acima, o desencadeamento das atividades colonizadoras é um fato que não ocorreu de forma isolada ou segmentada, mas sim, de forma simultânea em outros continentes. Este e outros fatores nos levam a ver que o que estava se originando de fato era uma empresa comercial, com ideias mercantilistas as quais visavam a obtenção de lucros sobre gêneros/ especiarias e, mais tarde, lucros com o tráfico de escravos.

Contudo, em meados do século XV, os portugueses deixando de lado as rotas antigas e já de conhecimento de muitos, voltam-se para novas possibilidades. Visando uma maior empreitada, passam a objetivar através do contorno pela África o encontro com o Oriente, especificamente com as índias, lugar no qual se ouvia falar que possuía muitas especiarias e todo o tipo de riquezas. O sonho em chegar às Índias, conduzirá os portugueses às Américas.

1.1. A Expansão dos Domínios Portugueses no Mundo Atlântico.

No ano de 1500, movidos por interesses mercantilistas e religiosos, os portugueses, deram início ao processo de colonização, voltando-se para o Oceano Atlântico. Assim, partindo de Portugal com sua expedição, Pedro Alvares Cabral objetivando chegar às Índias para ter acesso aos produtos orientais avista a 22 de abril de 1500 a ilha de Vera Cruz, que viria posteriormente a chamar-se Brasil, como pode ser observado na passagem abaixo retirada dos relatos escritos na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei de Portugal.

[...] houvemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!¹⁶

Passados alguns dias na nova terra, o Padre Henrique, já colocando em prática um dos ideais da expansão portuguesa, determinou a seus homens que juntamente com ele se deslocassem à praia a fim de realizarem a celebração da primeira missa no novo mundo. O padre celebrou a missa e, para além de seus homens, a mesma foi assistida pelos ameríndios presentes.

O contato com os novos povos de início foi impossível, pois a língua dos ameríndios não era de conhecimento dos portugueses, nem mesmo o interprete da navegação, conseguiu desenvolver um diálogo, sendo possível uma interação através de gestos. Outro fator que causou espanto, foi a maneira como os índios andavam entre si, suas aparecias e modo de se relacionar, assim como descreve Caminha:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber. Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobre-pente, de boa grandeza, rapados, todavia por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte, na parte detrás, uma espécie de cabeleira, de penas de ave amarela, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena por pena, com uma confeição

¹⁶ Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. p. 1.

branda como, de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia minguá mais lavagem para a levantar. [...] outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós.¹⁷

Todavia ao ser “descoberta”, a nova terra não despertou de início a atenção da Coroa Portuguesa. Uma vez que, um território ocupado por povos ditos bárbaros, aparentemente sem riquezas minerais – o que eles buscavam de fato- que não propiciaria o desenvolvimento do comércio, não seria de grande serventia para os negócios portugueses.

Diante destes fatores, o território brasileiro só passará a receber a atenção da coroa portuguesa, após 30 anos de sua “descoberta”. Em 1532, devido a busca por demarcar terreno, tendo em vista a ameaça da ocupação dos Franceses no território, será determinada pela coroa portuguesa uma forma de povoamento no território, através da criação das capitânicas hereditárias. Sendo através de uma expedição realizada por Martins Afonso de Sousa, que foi criada a primeira capitania do território, a capitania de São Vicente

Posteriormente, em 1548 sob ordens de Dom João III, foi criada a primeira forma de governo no território, tendo em vista, o fracasso do sistema de capitânicas hereditárias, apenas com exceção a de São Vicente e Pernambuco. Assumindo o cargo de governador geral Tomé de Sousa, com a incumbência de propiciar desenvolvimento para os povoamentos, cria a primeira cidade, sendo esta a cidade de Salvador, localizada na Baía de Todos os Santos, onde ficaria localizada a sede do Governo Geral.

Quando os portugueses chegaram à conclusão de que se deveria dar um lucro econômico ao Brasil, os mesmos se voltaram para a plantação da cana de açúcar, com base na produção de açúcar. E se deram bem por que já tinham experiência com o processo, devido à colonização das ilhas da costa da África e conheciam bem como se dava o negócio do açúcar. Sendo nesse período que os portugueses começaram a explorar os índios e deram início ao tráfico negro.

Contribuindo ainda para a visibilidade do território, teremos a descoberta dos metais preciosos, o qual possibilitará o aumento da riqueza da coroa. O Brasil do século XVII ainda era pouco explorado e se tinha muito que conhecer. De São Paulo os Bandeirantes passaram a adentrar o interior brasileiro colonizando terras. E foi através da ação dos bandeirantes que as

¹⁷ Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. P. 2, 4.

minas foram descobertas, e as terras onde foram encontradas as minas vieram a se chamar Minas Gerais.

Diante desta descoberta, houve uma grande migração de portugueses para o território brasileiro. Podemos então dizer que no final do século XVII, os portugueses haviam avançado para a colonização.

[...] povoou-se um território semi-deserto, organizou-se nele uma vida humana que diverge tanto daquela que havia aqui, dos indígenas e suas nações, como também, embora em menor escala, da dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Criou-se no plano das relações humanas algo de novo. Este “algo de novo” não é uma expressão abstrata; concretiza-se em todos os elementos que constitui um organismo social completo e distinto: uma população bem diferenciada e caracterizada, até etnicamente e habitando um determinado território, uma estrutura material particular, constituída na base de elementos próprios; uma organização social definida por relações específicas; finalmente, até uma consciência, mas precisamente uma certa “atitude” mental coletiva particular.¹⁸

Transformações e modificações ocorridas com a invasão portuguesa

Portugal, como forma de deter o controle sobre sua colônia, através de políticas aplicadas ao território impedia a criação de um desenvolvimento comercial local, e desta forma detinha o controle de todos os gêneros extraídos e comercializados, detendo para si todo o lucro obtido através da comercialização dos mesmos.

Outra prática realizada pelos portugueses para deter o controle era indicar nomes de portugueses para compor o aparelho administrativo na colônia, não podendo fazer parte de nenhum órgão público, pessoas da colônia, índios ou africanos. Era o que podemos chamar de uma política de “raça pura”. E ainda como forma de prevenção, o poder local se concentrava na figura do rei, onde qualquer decisão, sentença ou lei para ser posta em prática tinha que ser encaminhada para Lisboa, passando pelo conhecimento e aprovação da coroa. O que se tinha era um tribunal brasileiro, que não detinha plena jurisdição e estava submetido aos ditames da Coroa portuguesa. A forma como a estrutura administrativa estava disposta na colônia, era uma maneira da coroa obter o controle e não possibilitar uma administração que visasse o desenvolvimento e interesse dos colonos.

¹⁸ JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. P. 10.

No centro das políticas metropolitanas encontrava-se a crença inabalável de que a *raison d'être* do Brasil era servir como fonte de matérias-primas e de impostos para a metrópole. As políticas portuguesas voltadas para o Brasil constituíram um caso clássico de mercantilismo e bulhonismo. Seu corolário era o de que nenhuma iniciativa colonial seria permitida caso tivesse o potencial de infringir negativamente os interesses ou a economia metropolitana.¹⁹

O que se tinha era medo de que a colônia garantisse poder e passasse a competir com a metrópole, o que seria um obstáculo para os devidos fins da coroa. Pois, o Brasil era visto pelos portugueses como uma mina de ouro, um território cheio de riquezas para ser explorado, as quais deveriam ser extraídas em prol das necessidades do reino português.

A educação também era uma forma de manter o controle dos colonos, uma vez que, a única forma de ensino no Brasil, nesse período, era a dos colégios jesuítas, não permitindo a criação de universidades, onde quem quisesse estudar tinha que se dirigir para as universidades Europeias. Controle este que se estendia até o comércio de livros, onde as obras produzidas por intelectuais brasileiros teriam que ser enviadas a Portugal, para ser feita uma seleção do material, sendo determinado por eles o que poderia ou não ser publicado, tendo como objetivo manter fora do alcance da colônia as ideias disseminadas no século XVIII, com base em ideais iluministas.

Sendo este um dos fatores que contribuiu para que durante quase 300 anos a História do Brasil fosse sendo produzida pelos estrangeiros, que viam ao Brasil além da busca por escrever história, também movidos por interesses comerciais.²⁰ Objetivando estes, adquirir destaque e reconhecimento através da construção de um imaginário brasileiro, este que por muito tempo foi aceito, passando a ter uma ruptura deste imaginário apenas no início do século XIX.

A História brasileira por muito tempo foi sendo produzida através do olhar do outro, pelo olhar do estrangeiro estes que “invadiram” o Brasil, naturalistas, pintores, comerciantes, diplomatas e cientistas, que vinham ao território em busca de produzir/ criar uma imagem do território visando reconhecimento.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 e com a abertura dos portos, possibilitou-se um redescobrimto do território, criando-se um grande interesse por parte dos

¹⁹ RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800”. Revista brasileira de História.vol. 18, n. 36, São Paulo 1998. p. 4.

²⁰ Ver, EVERTON, Sthênio de Sousa. *Renovação na Historiografia: Martius a voz que clama no deserto*. Natal-RN: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

viajantes, os quais adentraram partes ainda não conhecidas nem pela administração portuguesa. O interesse destes eram os mais variados possíveis, desde curiosidades, busca por retratar o novo mundo, estendendo-se até questões comerciais.

Tendo como missão adentrar o interior do território, em 1817 sob ordens da coroa portuguesa, pesquisadores vêm para o Brasil, os quais adentraram locais ainda não explorados. Podendo destacar, dentre estes, Carl Friedrich Philipp von Martius, o primeiro idealizador da flora brasileira, tendo ainda grande destaque por ter escrito muito sobre o Brasil.

Os viajantes e pesquisadores, além de estudarem a natureza, estudavam também a sociedade, a mistura de raças. Produzindo vários relatos de forma discriminatória e distintiva, sobre tudo ao negro. Com relação aos índios, apresentavam os mesmos como estando entre o mundo animal e o humano, uma mistura dos dois, pontuando ainda que a decadência dessa raça aconteceria com ou sem a interferência do europeu, uma vez que estes não estavam preparados para enfrentar o mundo civilizado, por conseguinte, não eram imunes a estes.

Da mesma forma que classificavam as plantas, os estrangeiros buscavam classificar as raças, passando a determinar o branco como raça superior, tendo os negros, índios e mestiços como povos incivilizados, uma raça inferior. Desta forma, muitos criavam um imaginário diferente do que condizia de fato com a realidade para terem reconhecimento em seus Países. Internalizando assim, uma imagem pitoresca, a qual perdurou por muito tempo.

Uma forma mais acentuada de resistência, a qual buscava segregar e distinguir a Metrópole da colônia, eram as leis relacionadas as vestimentas, as quais eram postas de forma camuflada acabando por não deixar transparecer o seu objetivo central, que era determinar os objetos predominantemente para os brancos e o que poderia ser usado pelas demais raças, era uma forma de determinar um traço exclusivo da raça branca. Podendo ser percebível na colônia um espaço de desigualdade social e econômica determinado pelas relações de poder.

[...] leis de suntuosidade (1742, 1749), que proibiam os colonos usarem em suas vestimentas seda, veludo, ouro e prata; limitavam a ostentação causada pela utilização do ouro e da prata nas mobílias e carruagens; e restringiam o número daqueles que poderiam carregar espadas e armas de fogo, ou outros símbolos de elevado status.²¹

²¹ RUSSELL-WOOD. A. J.R. "Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800". *Revista brasileira de História*. vol. 18, n. 36, São Paulo 1998. p. 7.

O que podemos concluir é que mesmo independente da forma que era estabelecida a relação entre colônia e metrópole, os colonos acabavam por demonstrar uma lealdade que chegava perto a devoção por parte da figura do rei, detendo um grande respeito e consideração, chegando a tê-lo como um parente da família, que mesmo não sendo visto por eles era imaginado com grande respeito e admiração. Assim como podemos ver na passagem abaixo, que corresponde a fala de um negro liberto de nome Cipriano Borges de Santa Ana Barros, que viajou da Bahia para Portugal, no final do século XVIII, com o objetivo de beijar a mão do rei:

(...) a conclusão de vários negócios que finalmente decidiu, só lhe restava o mais importante objeto como fiel e humilde vassalo, que é o de ter a fortuna de beijar a mão de V. R. A. Para que ficasse conhecendo aquele por quem tem de obrigação dar a última gota de sangue.²²

Por outro lado, a coroa mesmo mantendo uma imagem de centralização do poder na sua pessoa, era flexível e estava aberta a ouvir o que os colonos tinham a dizer, seja através de petições, cartas ou requerimentos. Isso nos possibilita ver que mesmo as leis sendo criadas em Portugal, os colonos tinham conhecimento dos seus direitos, e quando a jurisdição administrativa brasileira não solucionava seus problemas, eles recorriam ao rei, como forma de garantir justiça.

Contudo, com o advento do século XVIII, o sistema colonial português foi se afundando, onde a Inglaterra se firmava como potência dominante no mundo. Os ingleses passaram a se desinteressar pela compra de escravos, por que já tinham mão-de-obra “livre”- porém ainda explorada, só não tinham mais a condição de escravos. Então o comércio de escravos começou a quebrar. Começando também a surgir as ideias de liberdade de comércio, de expansão e de abertura de todos os portos.

Ocupação e distribuição do povoamento no território

Ao se depararem com o continente americano, os portugueses não demonstraram nenhum interesse de imediato, uma vez que, o que eles viam era um local ocupado por povos bárbaros e incivilizados, detentores de uma linguagem desconhecida, um território primitivo de clima semiárido, que não proporcionava desenvolvimento para a agricultura, ou seja, um território que não mostrava atrativos que possibilitassem o desenvolvimento do comércio para

²² RUSSELL-WOOD. A. J.R. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800”. *Revista brasileira de História*. vol. 18, n. 36, São Paulo 1998. p. 9.

fins mercantilistas como poderia propiciar o Oriente.

Desta forma, a ideia de povoar vai surgir a partir da necessidade de abastecer e manter as feitorias, e de organizar a produção dos gêneros destinados ao comércio, ou seja, o território passará a ser utilizado como um entreposto comercial para se alcançar as Índias. Diante disto, teremos uma forma de povoar diferente das outras colônias, as quais detinham, além das feitorias, um aparato de defesa militar, funcionários, agentes e negociantes comerciais que visavam o desenvolvimento econômico.

Todavia, a ocupação da América se dará em proporções distintas em duas áreas diferentes: Zonas temperadas e tropical/subtropical, sendo povoadas por motivos e formas diferentes. A parte temperada do território era a que mais tinha visibilidade pelos emigrantes, devido a ter um clima próximo ao europeu recebia uma maior demanda populacional e devido a dois fatores, de maior influência, a saber: as perseguições religiosas e as transformações econômicas pelas quais passava a Europa, mais especificamente, a Inglaterra.

Desta forma, devido aos problemas enfrentados na Europa pelas perseguições religiosas e devido às transformações econômicas, tem-se um incremento da política colonial em povoar as Américas. Tais fatores de ordem material se somavam àqueles de ordem simbólica e que repousavam num imaginário europeu que viam o Novo Mundo como uma terra idílica, a ser “descoberta”, explorada e, principalmente, como um lugar de recomeços, longe de toda as perseguições. A escrita de Lery é sintomática a respeito do assunto:

Em 1555, um senhor Villegagnon,⁷² cavaleiro dá Ordem de Malta, também conhecida por Ordem de São João de Jerusalém, desgostoso da França e também da Bretanha⁷³ onde residia então, manifestou a vários personagens notáveis do reino o desejo, que de há muito alimentava, não só de retirar-se para um país longínquo onde pudesse livremente servir a Deus, de acordo com o evangelho reformado, mas ainda preparar um refúgio para todos os que desejassem fugir às perseguições,⁷⁴ que de fato eram tão terríveis nessa época que muitas pessoas de todos os sexos e condições viam por toda a parte seus bens confiscados por motivos religiosos e eram, mesmo, não raro, queimadas vivas em obediência a éditos dos reis e decisões do Parlamento. Dizia ainda Villegagnon⁷⁵ aos que o rodeavam, e o escrevia a seus conhecidos, que ouvira falar tão elogiosamente da beleza e da fertilidade dessa parte da América, chamada Brasil, que de bom grado para aí faria vela, a fim de alcançar os seus desígnios.²³

Por outro lado, o povoamento da área tropical e subtropical, se dará de uma forma diferente da temperada, sendo ocupada por uma população diversificada e com objetivos mercantilistas. Uma vez que os trópicos apresentavam condições naturais e territoriais que

²³LÉRY, JEAN DE. *Viagem à terra do Brasil*. 2.d. Biblioteca do exército — editora. 1961. p. 39-40.

não chamavam tanta atenção, onde a população só se direcionava para a mesma se tivesse algum interesse econômico.

Porém, os fatores que de início afastavam o interesse dos colonizadores passaram a obter sua atenção. Seria a diversidade natural dos trópicos, suas matérias primas e gêneros, que acabariam por voltar a atenção deste para ocupar esta parte do território, atrativos desconhecidos pelos europeus, escassos ou que proporcionavam a obtenção de lucro através da exportação para outros países, passando a “fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu”.²⁴

Porém, será através do interesse em povoar essas terras que teremos o início da escravização. Em um primeiro momento, devido à falta de mão- de- obra os portugueses vindos para o território com o objetivo de tornarem-se grandes senhores, não estavam aptos ou demonstravam disposição para desempenhar determinados serviços. Desta forma, era feita uma seleção entre os colonos para prestarem serviços nos trópicos, sendo obrigados a realizar tais tarefas: colonos de baixo nível, deportados, menores infratores, menores vendidos pelos pais ou emigrantes que necessitavam de um trabalho para sua subsistência. Todavia, esse foi um tipo de escravidão branca temporária, que será substituída pela Indígena e em grande proporção pela negra. Posteriormente, o colono agora passará a assumir a função de dirigente das terras e grande proprietário rural, assumindo seu papel de escravizador e explorador.

Outra forma de escravidão, a qual se deu nos primeiros momentos da “descoberta”, foi a indígena. No Brasil os índios passaram a ser inseridos como um elemento ativo e participativo na colonização das terras. Sendo alvos das missões católicas desenvolvidas pelos padres jesuítas, vindos de Portugal, com o intuito de catequizar, civilizar e aldear os índios para serem obedientes aos colonizadores, e por consequência escravizados. Sendo ainda incorporadas as práticas escravistas, no século XVI, a utilização da mão-de-obra negra, através do tráfico destes do continente Africano.

Voltando-nos para o Brasil, de início a ocupação do mesmo se deu em maior parte no litoral, devido a facilidade para o desenvolvimento da agricultura e para a exportação de gêneros, fornecidos a metrópole, pelas rotas fluviais. Sendo perceptível a desproporção do povoamento.

O povoamento só passará a adentrar o interior na segunda metade do século XVII, devido a descoberta do ouro, e desta forma teremos um grande interesse da população em

²⁴ JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. P. 31- 32.

voltar-se para o nordeste do país. Porém, esse período vai ser de pouca duração, retornando assim a população para o litoral, com a crise nas minas.

Como foi o caso do sertão do Piauí, o qual no início da colonização do território não despertou interesse da coroa portuguesa. Sendo o Piauí um território com más condições climáticas, com falta de chuva, secas intensas, poucos cursos de águas, natureza arenosa e lajeada em grande parte do território, o qual não propiciava condições favoráveis para o desenvolvimento da agricultura.

Para tanto, a única forma de economia encontrada para ser desenvolvida na região seria a criação de gado. Sendo assim, desde o início de suas instalações as fazendas de gados determinaram a forma de ocupação e distribuição da população na região. Podendo ser percebível através da descrição feita na passagem à baixo, retirada da carta escrita pelo Padre Miguel, ao Senhor D. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, sobre como estava dividida a povoação na capitania, em 1697:

Está a povoação do Peauhy cituada em 3 graos p^a a p.te do sul no meyo do certão que se acha entre o Rio de S. Franc^o, e a costa do mar que corre do Ceara p^a o Maranhão, da qual distará plo caminho sabido 80 legoas confina pella p.te do nacente com os certoins dezertos que correm p^a Pern.co pello quaiz se não tem descuberto caminho nem se vadeão, em rezão doz muitos gentios bravos que nelles habitão, e só se tem chegado pela parte desta povoação avistar hua çerra chamada o Araripe que dizem ser m.to alta, e que na superficie tem de plano 50 legoas, de hua e outra p.te esta rodeada de varias Naçoenz de Tapuyas bravos. P^a o poente confina com os mattos dezertos que correm para as hindias de Espanha, pellos quaiz não ha caminho nem se sabe de seu fim [...] p^a o Norte, e na mesma altura acharão o Rio Grande, e o Rio Preto, grandes e caudellozos que correm p^a o sul e se metem no Rio de S. Francisco 500 legoas ao certão asima de sua Barra [...] Para p.te do Norte confina esta povoação com a costa do mar correndo do Ceará p^a o Maranhão p^a a qual tem dous caminhos, abertos ambos em o anno de 95 hu vay ao Maranhão, e outro a Serra da Guapaba [...] Para a parte do sul confina esta povoação com o Rio de S.Francisco p^a o qual tem dous caminhos com distancia igual de 40 Legoas cada hu por entre mattos dezertos, em que se não acha agoa no tp^o da seca, o pr^o que se abriu se segue por hu riacho chamado o Peauhy do qual tomou nome esta povoação por ser o pr^o que se povooou e vay sahir no Rio de S. Francisco [...] O segundo caminho se abriu da cabeceira do Canindê, e vay sahir na cachoeira do Rio de S.Fr.co chamada de D.os Affonso tem quazi as mesmas distancias, os mesmos dezertos, porem com menos matos,e o caminho com menos pedras. Dentro em sy he esta povoação redonda em tal forma q- fazendo peão na nova Igr^a fica com igoal distancia p^a as mais remotas fazendas que ficão p^a todas as partes dentro de 60, de sessenta legoas formando a freguezia hua cruz de Nacente a poente e de norte ao sul com 120 legoas de comprido e outras e cento e vinte de largo; compoemce de fazendas de gados sem mais moradores; estão cituadas em varios riachos, distantes huas das outraz ordinariam.te mais de duas legoas: em cada hua vive hu homem com hum negro e em alguas se achão mais negros, e tambem maiz br.cos masno

comum se acha hu homem br.co só.²⁵

Contudo, o território só passará a ser ocupado em 1771, com a vinda de Mafrense, para a região, com as primeiras cabeças de gado e os primeiros escravos. Somente após adquirir visibilidade com o desenvolvimento da pecuária, que teremos a atenção da população da colônia voltada para esta parte do território, contribuindo ainda para tanto, a crise do açúcar, onde teremos a migração da população das lavouras, em busca de uma melhor condição de vida e devido ao auge da pecuária, para o sertão Piauiense.

1.4. Uma história conectada: índios e negros africanos escravizados na sociedade colonial brasileira

Desde a fase inicial da ocupação do território, os índios passaram a serem utilizados como mão-de-obra escrava, porém através da busca por aumentar o desenvolvimento econômico, os portugueses a partir do século XVI incorporarão na sua teia de escravização os negros africanos, tendo em vista, que esses eram mais fortes e ágeis, podendo aguentar mais horas de trabalho. Outro fator para além dos interesses em expandir a produção econômica era que os negros seriam úteis e confiáveis.

Segundo os primeiros habitantes da Bahia, os índios teriam características inferiores (“são muito incertos”) quando comparados com os negros africanos, aptos a garantir maior resistência física (“são pera muito mais serviço”), além de uma ajuda efetiva em caso de ataque armado (“aproveitão outros y pera ajudarem a deffemder a terra”).²⁶

Desde então, a vida dos negros e índios estavam conectadas, tendo em vista que os mesmos sofriam variados tipos de preconceitos, eram tratados de forma diferente e ambos foram escravizados, tidos com raça inferior, vistos como “animais”, seres sem alma... Estando ligados com base nas condições de vida, ou seja, compartilhavam das mesmas relações de discriminação social. Sendo importante destacar, que não foi por que a mão-de-obra negra passou a ser inserida, que os indígenas foram excluídos desse processo.

²⁵Dezcripção do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 371- 372.

²⁶MARCOCCI, Giuseppe. *Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português* (ca. 1450-1650). Pesquisador da Scuola Normale Superiore di Pisa, jul. 2010. p.43.

Como forma de serem inseridos no meio social, os ameríndios seriam obrigados a deixarem o interior das matas e fixarem-se nas vilas, em aldeamentos, local onde passavam a ser ensinadas formas “civilizadas” de viver com base em moldes europeus, e principalmente onde os gentis recebiam os ensinamentos cristãos, sendo obrigados a se confessarem e através do batismo, aceitarem a religião cristã (em tese) com única e exclusiva.

Por outro lado, aqueles que se recusavam a sair das matas e receber o evangelho eram caçados e em muitas vezes morriam em batalhas de resistência, que em alguns casos eram travadas entre os próprios índios, tendo em vista que algumas tribos para não perderem mais gente ou em busca de “paz” acabavam se aliando aos portugueses, trabalhando na construção de vilas, na agricultura de subsistência ou servindo como peça militar, na busca e apreensão daqueles que não tinham se rendido ao processo de colonização.

Contudo, autoridades coloniais, jesuítas e sesmeiros adotariam como forma de manter o controle da população local o discurso que colocavam índios e negros africanos na condição de sujeitos “bárbaros” e “revoltosos”, sendo necessário para controlá-los a utilização do trabalho como meio de disciplina e catequese. Com essa estratégia, as autoridades locais com apoio da igreja justificavam através da moral e dos valores cristãos uma necessidade material e marcadamente econômica a escravidão negra e o cativo indígena. Os jesuítas, por sua vez, justificavam tais atos mediante preceitos religiosos e através de um discurso que muitas vezes transmitia que o que os padres e os colonizadores queriam era o bem dos índios, mesmo sabedores que ao fim seus interesses eram de ordem material.

Em definitiva, estas nações bárbaras, sobretudo os povos de África e das Índias ocidentais, devem ser educadas conforme se fez com o povo judaico e carnal, de maneira que mediante uma saudável carga de trabalhos contínuos se afastem da ociosidade e das paixões e, refreados por um temor induzido, cumpram apenas o seu dever. Tanto os exemplos do passado, quanto a recente e quotidiana experiência dos mais avisados confirmam isto abundantemente e com toda claridade. Esta é a rédea e o jugo que o sabedor aconselha, esta a barra e a carga. Deste modo, se constringe até os que não querem a entrar na salvação.²⁷

Com relação aos negros, ao chegarem no Brasil apresentaram variadas formas de resistência para se render ao processo de colonização. A forma mais comum de resistência seria o “amalocamento/aquilombamento” nas matas e estabelecendo a criação de quilombos, como estratégia para fugirem dos castigos e opressões vividos no dia-a-dia das fazendas. Aqui

²⁷MARCOCCI, Giuseppe. *Escravos ameríndios e negros africanos: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português* (ca. 1450-1650). Pesquisador da Scuola Normale Superiore di Pisa, jul. 2010. p.45.

é importante destacar que o comércio de escravos seria o sustentáculo dessa sociedade, gerando mão de obra para as atividades agrícolas e pastoris.

Esse momento do tráfico de escravos para o Piauí pode ser caracterizado em primeiro lugar por aquilo que Monsenhor Chaves denomina como o regime de ferro e fogo, marcado por um período de maior violência, onde eram aplicados os mais fortes e cruéis castigos, tendo em vista que os negros trazidos da África ainda se encontravam em processo de “adaptação”²⁸ à nova realidade. A segunda fase, pode ser definida como a de menor intensidade nos castigos físicos, ou melhor dizendo, onde os mesmos aconteciam de forma camuflada, tendo como base o cumprimento da lei de 1831 a qual proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Mesmo assim, como afirma Monsenhor Chaves, “não se pense que esta segunda fase, foi inteiramente de bondades, de carinhos, de desvelos para com os negros. Houve nela muito tronco, muitas gargalheiras, muito escravo castigado”.²⁹

Porém, mesmos sendo colocada em prática a lei que proibia o tráfico de escravos no Brasil, o que teremos é o aumento de vendas no mercado escravista, uma vez que, com a proibição do tráfico, a utilização da mão-de-obra ficava escassa, por conseguinte, aqueles que ainda estavam inseridos no negócio, aproveitavam-se para aumentar o preço da “mercadoria”, ou seja, o que teremos é uma alta nos preços e valorização da mão-de-obra escrava, variando de acordo com o sexo, idade e nacionalidade.

A prática escravista foi desenvolvida por todo o território brasileiro, tendo em vista que antes de “descobrir” o Brasil, esta já era desenvolvida pelos portugueses, sendo a metrópole uma nação escravista. E não ocorreu de forma diferente no Piauí, o qual se inseriu nos padrões coloniais desenvolvidos no restante do País, desenvolvendo suas bases sociais para além da presença indígena, com os negros. Tendo em vista, que desde que Domingos Afonso Sertão, juntamente com os primeiros colonizadores, os quais trouxeram os primeiros gados para o território, trouxeram também os primeiros escravos.

Segundo a descrição feita pelo Padre Miguel sobre o Sertão Piauiense, em 1697, o qual nos apresenta que “a beira dos quaiz estão 129 fazendas de gados, em que morão 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mullatos e mestiços”³⁰, sendo donos destas, Domingos

²⁸ Quando me utilizo do termo, não pretendo afirmar, que posterior a essa fase inicial os negros acostumaram-se a viver na condição de escravo. Utilizo-me para pontuar o primeiro contato com a condição os quais estavam sendo imposto no novo mundo.

²⁹ CHAVES, Monsenhor. *O escravo no Piauí*. In: _____ História, literatura e sociabilidade. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998. P. 191.

³⁰ Descrição do sertão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 370.

Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho. Porém, em sua descrição, não nos apresenta o nome dos escravos, dando destaque apenas para os fazendeiros deixando de mencionar o nome dos escravos também presentes, com ressalva apenas daqueles que detinham alguma posse.

A primeira fazenda que se acha na cabeceira do Canindê se chama a Cachoeira, nela mora Henrique Valente e Antonio Lopes, desta a de baixo se achão 5 legoas. [...]. Este riachinho he o prim.ro que da p.te do sul entra no Canindê junto de sua cabeceira tem hua só faz. Da de egoas, está nella hu negro escravo do capp.m D. os Affonso Certão, s.or da d.^a fazenda, este negro se chama Fran.co, he cazado com hua hindia de q.m tem 5 filhas, he negro de conta e sem br.co a dâ da fazenda a seu s.or.³¹

Assim como podemos perceber na passagem à cima, em sua descrição do Sertão piauiense, o Padre Miguel, trata com indiferença e total irrelevância mencionar o nome dos negros ou indígenas presentes nas fazendas por ele observadas. Com ressalva apenas daquelas onde os negros detinham algum bem, sendo o caso do negro Francisco, o qual tomava conta da fazenda de Afonso Sertão. Outro fator que podemos destacar na descrição feita pelo padre é que não havia diferenciação dos negros para ele, me referindo na utilização de seus nomes, mas eram todos apresentados pela questão racial.

Desta forma, podemos perceber a semelhança de forma de tratamento para com os negros e índios, os quais eram discriminados e tidos como raça inferior, servindo apenas como utilização de mão-de-obra, sempre visando o desenvolvimento econômico e bem-estar da metrópole.

CAPÍTULO 2. JESUÍTAS E A MISSÃO DA COMPANHIA DE JESUS NAS AMÉRICAS.

Os interesses mercantis sempre andaram lado a lado com os princípios religiosos, tendo em vista que o segundo dava suporte e base de sustentação para que os interesses econômicos ganhassem espaço e, conseqüentemente, se desenvolvessem. Dentro dessa lógica, as monarquias católicas³² seriam o elo de ligação entre espaços coloniais e suas respectivas

³¹Dezcripção do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. *As guerras dos Palmares* (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 371 -381.

³² Termo utilizado por Serge Gruzinsk. Ver, GRUZINSK, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos avançados* 17 (49), 2003.

metrópoles, uma economia-mundo de proporções globais que ajudaria a interligar espaços distantes mediante a troca de mercadorias e saberes.

A Monarquia, porém, é um objeto apaixonante. Cobre um espaço que reúne vários continentes, aproxima ou conecta várias formas de governo, de exploração e de organização social, confronta de maneira às vezes bastante brutal tradições religiosas totalmente distintas.³³

Desta forma, sendo a igreja uma instituição de grande poder político e econômico, o qual conseguia conter e adquirir a atenção dos povos, o que teremos é a utilização do cristianismo como forma de conter e controlar a população vista como “bárbara”, “incivilizada” e “sem religião” encontrada nas Américas. Ao chegarem ao Brasil, os jesuítas da Companhia de Jesus reforçavam, mediante um “contingente de seis jesuítas [...] o primeiro capítulo da longa história dos discípulos de Inácio na América³⁴.

Diferente de todo contato pelo qual os jesuítas já estabeleceram com várias populações, os índios da América apresentavam traços distintos até então vistos por eles, e desta forma, os padres terão que aperfeiçoar e adequar suas práticas de catequese para a nova realidade³⁵.

Uma das maiores dificuldades estavam relacionadas ao contato através da linguagem, tendo em vista que a mesma se fazia desconhecida. Assim as confissões religiosas passavam por dificuldades, devido aos problemas enfrentados com a tradução da linguística indígena. Para tanto fez-se necessário a criação de uma gramática das línguas indígenas, um idioma, fonemas, significados para as palavras.

Devido a este fator as confissões católicas, as quais visavam a conversão dos gentis, passaram a serem feitas através da utilização de interpretes.

³³GRUZINSK, Serge. *O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio*. Estudos avançados 17 (49), 2003. P. 325.

³⁴LABORIE, Jean-Claude. *A dispersão do saber missionário sobre as américas de 1549 a 1610: O exemplo jesuíta*. Revista de História 152, 2005. p.5.

³⁵A Companhia de Jesus, também chamada Sociedade de Jesus, tem por divisa “Para maior glória de Deus” (Ad majorem Dei gloriam) e por guia os *exercícios espirituais* redigidos pelo próprio Loyola. Grandes missionários, os jesuítas espalharam-se pelo mundo, fazendo sentir sua presença no Oriente e na América, atuando como confessores de vários monarcas e alcançando grande renome como educadores. Sua atuação foi significativa no Brasil, principalmente no período colonial, ocasião em que fundaram numerosas escolas e missões com participação decisiva na catequese dos índios. Os jesuítas, longe de viver em mosteiros, estiveram sempre em contato com o mundo, permanentemente disponíveis para a evangelização e para o trabalho missionário. Sua regra por excelência é a “cega obediência”. De modo geral, mais instruídos que os demais clérigos dos séculos XVI e XVII, teólogos notáveis, eles desempenharam um expressivo papel no combate ao protestantismo e na repressão às heresias. Ver, MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos [et. all]. Jesuítas no Piauí: negócios e educação. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 89-102.

Desde o começo de sua atuação missionária no Brasil, de fato, o superior da Companhia de Jesus no Brasil, Pe. Manuel da Nóbrega, colocara-se como defensor da prática da confissão por meio de intérprete a fim de realizar a conversão indígena.³⁶

Não obstante, a “conquista” do território brasileiro pelos colonizadores portugueses teve a grande ajuda dos jesuítas, que eram padres mandados de Portugal pela coroa portuguesa para manter o controle dos índios no Brasil, através da catequese e do aldeamento - Povos esses que eram tidos como incivilizados, selvagens e sem alma, por realizarem práticas que não condiziam com o modo dito civilizado pelo povo europeu - tendo como objetivo principal desse processo a busca pela dominação desses silvícolas, para que assim os colonizadores se apropriassem de suas terras. É de grande importância ressaltar também outra questão, a propagação da igreja católica, que a cada dia buscava mais adeptos em outros territórios para assim se fortalecer.

Mesmo tendo como objetivo principal realizar as missões religiosas e mostrando-se como “defensores dos índios”, os padres jesuítas passaram a praticar a escravidão de forma disfarçada, tornando-se após algum tempo grandes detentores de terras, concedidas através de doações. Um exemplo desse poderio pode ser percebível no território Piauiense, onde “ após a morte de Domingos Afonso Mafrense, um dos maiores sesmeiros do Piauí, em 1711, sem herdeiro, deu-se a conhecer que ele havia intitulado em testamento todas as terras, cerca de 30 fazendas e gados que possuía, para serem administradas pelo reitor do colégio da Bahia”.³⁷Essas terras foram doadas para os padres, mas de acordo com o testamento deixado por Mafrense, com o intuito de que estes utilizassem o dinheiro arrecadado para a construção de capelas em cada fazenda, sustento de escola, para ajudar mulheres viúvas e pobres, ou seja, o dinheiro teria que ser investido em algo produtivo e que ajudasse as pessoas.

Diante disto, os jesuítas se mostraram bem habilidosos em tratarem das fazendas de gado, pois aumentavam cada vez mais o número de fazendas e gados, tornando-se este um dos fatores que começará a preocupar a coroa. Pois nesse tempo, a questão de poder\ controle estava na mão de quem tivesse o maior desenvolvimento econômico, ou seja, quem mais possuíssem fazendas e gados no território, e devido a este fator começaram as preocupações com a proporção que as fazendas dos padres estavam tomando.

³⁶AGNOLIN, Adone. *Atuação missionária jesuítica na América portuguesa: a peculiar via renascentista, sacramental e tridentina à salvação no (s) Novo (s) Mundo (s)*. Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2011. p.29.

³⁷OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias. *Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 2.

Ficando assim restrita a atuação destes no Piauí na administração das fazendas. Não se tendo relatos de criação de escolas nessa região. Tendo em vista, que a educação voltava-se apenas ao aldeamento dos índios e catequese, sendo de grande importância ressaltar que a forma de educação propagada pelos jesuítas não só no Piauí, mas em todo o Brasil, sofreu grandes transformações, “incorporado além das classes de ler, escrever, contar, ensino do canto, da música instrumental, também o uso da gramática indígena, traduções de orações para a língua tupi, uso de figuras e danças do folclore indígena para o teatro catequético e o estudo de técnicas e práticas agrícolas”.³⁸ E os filhos de fazendeiros que quisessem estudar teriam que se dirigir à capitania da Bahia.

Assim sendo, uma população formada por donos de terras, fazendeiros, poceiros, latifundiários, em sua grande maioria de homens rudes e por uma minoria de homens brancos, não se interessavam pela educação, e desta forma podemos dizer que não se tinha povos para os jesuítas educarem. Sendo importante ressaltar também que as únicas atividades desenvolvidas nesse período no Piauí eram a agricultura de subsistência e a criação de gado, as quais não necessitavam de estudos para serem desenvolvidas.

Outra forma de obtenção de lucro dos jesuítas, era a extração de drogas dos Sertões para a comercialização na Europa. Onde para tal, utilizavam-se da mão de obra indígena, apesar de “defenderem” os mesmos da exploração por parte dos colonizadores.

Para além das questões econômicas, os padres tiveram grande importância no meio educacional no território brasileiro, com exceção do Piauí, através da criação dos colégios missionários, sendo os únicos no território nesse período. Instruídos os inacianos, destacavam-se por ministrar uma educação rigorosa, de instrução para os colonos e filhos de colonos que não tinham condição de ir estudar na metrópole.

Os inacianos, investidos do poder intelectual na Colônia e incumbidos da evangelização do gentio da terra, foram, de fato, grandes senhores de escravos, aí incluídos os indígenas. Seu discurso, quando confrontado com a prática, mostra a sua incoerência, pois ora se posicionavam contra a escravidão e ora a admitiam na guerra santa.³⁹

Contudo, devido à grande proporção que as fazendas dos padres estavam tomando, em 1759, o Marquês de Pombal recebe a missão de expulsar todos os jesuítas não só do Piauí, mas de todo o território Brasileiro, e assim tem-se início ao Período Pombalino. Sendo todos

³⁸MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí: negócios e educação*. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 92.

³⁹MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí: negócios e educação*. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 92.

os jesuítas caçados e mandados embora do Brasil. Pois de acordo com a coroa os mesmos estavam atrapalhando o desenvolvimento do processo de colonização e já estavam adquirindo muito poder e recursos, passando a serem visto como agentes de disputa pelo poder, com a coroa portuguesa. Após a expulsão dos inacianos, suas terras e riquezas foram confiscadas pela real administração. “Essas medidas buscaram garantir a posse das terras e o desenvolvimento da capitania”.⁴⁰

2.1. Política e Administração portuguesa no tempo de Pombal.

Teremos após a expulsão dos inacianos a continuidade de suas ideias pela política pombalina de educar e “zelar pelos interesses dos índios”, mas mantendo o foco na utilização destes como agentes no processo de colonização, visando o desenvolvimento econômico da metrópole.

Neste período, o então rei de Portugal, D. José I, nomeia para seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que caminha no sentido de recuperar a economia através de uma concentração do poder real e de modernizar a cultura portuguesa, reforçando o Pacto Colonial, iniciando assim, uma tentativa de transformação no século XVII com as Reformas Pombalinas.⁴¹

Com a crise do sistema absolutista, a reforma pombalina far-se-á necessária. Sendo importante ressaltar que esta reforma, não era exclusivamente de cunho educacional, mas tinha como objetivo principal e primeiro, o desenvolvimento econômico, como forma de manutenção do sistema monárquico, e desta forma, buscava-se modernizar o índio para inseri-lo como agente ativo no desenvolvimento econômico.

Portugal objetivava passar de uma economia mercantilista para a industrial, e para tal necessitava de subsídios, tendo em vista que a Inglaterra nesse período já era uma nação industrial, tida como grande potência mundial. Portugal por sua vez, vivia ainda na égide do feudalismo, um país pobre, sem condições de caminhar para o capitalismo, vivendo da extração de especiarias e matérias-primas para comercialização e do tráfico de escravos, vivendo no luxo e gastando mais do que adquiria.⁴²

⁴⁰OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias. *Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 5.

⁴¹SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira*. [19--?]. p. 2.

⁴²SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira*. [19--?].

Para se alcançar tais objetivos era necessário não apenas realizar reformas na metrópole, mas principalmente nas colônias, tendo em vista que estas eram uma das fontes de renda principais da coroa. Desta forma, buscou reorganizar a forma de aproveitamento da extração das riquezas no Brasil, criando duas companhias de comércio; a do Grão-Pará e a de Pernambuco e Paraíba; substituiu o imposto do quinto, pela avença; criou a real extração para a extração de diamantes; mudou a sede da capitania de Salvador para Rio de Janeiro; substituiu as capitanias hereditárias por capitanias reais, criando juntas de justiça.

Com relação aos indígenas, em 1753 foi abolida a escravidão indígena no Maranhão, fomentando posteriormente, em 1755 a libertação dos índios em todo o território brasileiro.

A lei de 6 de junho de 1755, promulgada em favor da liberdade indígena, está diretamente relacionada à atuação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759). Desde sua nomeação, Furtado foi instruído a respeito da questão indígena, considerada fundamental naquela região.⁴³

Visando diferente dos ideais jesuítas, que tinham como base o ensino religioso, buscava-se inserir esses povos no meio social. E para tal fez-se necessário a expulsão dos padres jesuítas do Brasil definitivamente em 1760, sendo criado o diretório dos índios.

O Diretório é composto de 95 parágrafos e abrange diversos assuntos, podendo ser dividido em três grandes temas: conversão e civilidade dos índios (§§ 3 a 15), agricultura e comércio (§§ 16 a 34 e 35 a 58, respectivamente) e repartição do trabalho dos índios entre os moradores (§§ 59 a 73).⁴⁴

O diretório tinha como objetivo complementar as leis de 1755⁴⁵ e 1758⁴⁶, porém restringia a liberdade dos indígenas. Um sistema tutelar, com base em nomeações de diretores para cada população indígena. Tendo este o objetivo de direcionar e dar subsídios educacionais para que os mesmos saíssem da fase primitiva na qual ainda se encontravam. Os diretores eram homens instruídos, dotados de conhecimentos, bons costumes e dominavam as línguas.

⁴³ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014. p. 241.

⁴⁴ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014 p. 244.

⁴⁵ Alvará que abolia o governo dos missionários sobre os índios. Ver, SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. rev. hist. (São Paulo), n. 170, p. 233-260, jan. -Jun., 2014.

⁴⁶ Carta régia elevando à categoria de vilas as aldeias que eram administradas por jesuítas, 14/08/1758. Id. *Ibidem*

Para além do preparo do gentil para a vida civil, o diretório também tratava da catequese destes, visando a conversão ao cristianismo. Pois nesse período os índios eram vistos como povos sem luz, os quais viviam na escuridão, que precisavam de salvação com base na aceitação da religião crista.

Diante desses fatores, a religião após a implantação da reforma pombalina não foi excluída dos métodos de controle da população indígena, pois a mesma era um entreposto de ligação para o mundo civilizado, mas por outro lado, era vista como insuficiente para alcançar todos os objetivos almejados com o processo de colonização.

Norteadores para o processo de inserção do indígena na vida civil, os quinze primeiros parágrafos do diretório determinavam instruções a serem seguidas pelos diretores. Em primeiro lugar o índio deveria aprender a falar a língua portuguesa - método diferente do utilizado pelos jesuítas, que buscavam aprender e incentivavam os índios a continuarem a falar a língua nativa.

Para ser ensinado o idioma português, cada diretor deveria criar em sua comunidade escolas voltadas para o ensino das mesmas, uma para meninos e outra para meninas.

Os primeiros teriam aulas de doutrina cristã, ler, escrever e contar, “na forma, que se pratica em todas as Escolas das Nações civilizadas”. As meninas também teriam aulas de doutrina cristã, ler e escrever, mas também fiar, fazer renda, costurar, “e todos os mais ministérios próprios daquele sexo.”⁴⁷

Tornando-se perceptível a busca por mudança nos costumes e hábitos dos cívicos, estes que não tinham distinção de sexo, ou divisão de tarefas exclusivas para determinado sexo, ou seja, teremos a busca por incorporação de valores e costumes europeus no cotidiano dessa população.

Outro ponto que se encontrava disposto no diretório, era o respeito as distinções sociais, tópico este que assim como os demais é contraditório. Pois o que se pregava era a igualdade entre os indivíduos, não havendo “distinção” entre colonos e índios, ambos eram “tratados da mesma forma”. Mas por outro lado, a coroa portuguesa, dava bastante visibilidade a divisão social, devendo existir o respeito de acordo com a condição social/financeira do indivíduo. Ou seja, não se “tinha” distinção de raça, mas sim financeira. Por outro lado, devemos nos ater a um fator, que este era um discurso imaginário criado para

⁴⁷ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014 p. 246.

fazer com que os povos indígenas se submetessem às vontades dos colonos, uma vez que, como sabemos, os mesmos sofriam diversas formas de discriminação.

Um terceiro ponto a ser salientado, era a imitação do modo de vida europeu, com a incorporação de sobrenomes de origem portuguesa, costumes e hábitos. Sendo o principal deles a incorporação de vestimentas, combatendo o costume de andar nus, o que era repudiado pelos portugueses.

Nesses termos, portanto, a civilidade dos índios não dizia respeito, em primeiro plano, aos comportamentos à mesa, à postura do corpo, aos hábitos e refinamentos [...] pois era esperado dos índios que desenvolvessem o autocontrole, o refreamento das pulsões e dos instintos, que deixassem o “estado natural” em que viviam (regidos pelas emoções e pelos instintos primários) em favor da “vida civil”.⁴⁸

Com a expulsão dos jesuítas, através da criação da Carta Régia de 28 de julho de 1759, se tinha como objetivo retirar os índios da tutela religiosa dos inacianos e inseri-los no meio social, miscigenando-se e contribuindo para um aumento populacional, o qual geraria o crescimento da mão-de-obra, e, por conseguinte, um maior desenvolvimento econômico.

O interesse de Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios [...] “uma grande rivalidade entre as ideias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuítica”.⁴⁹

Os objetivos de Pombal eram nítidos, o mesmo buscava o desenvolvimento econômico da metrópole. Para tal, com a presença dos padres jesuítas isso não era possível, uma vez que os mesmos adotavam medidas de proteção aos indígenas, estavam adquirindo riquezas, por conseguinte, ganhando espaço e poder, além de terem a confiança dos indígenas, e desta forma sua expulsão do território era necessária. Contudo, a responsabilidade da educação, passou da tutela dos padres, para o Estado. Isso por outro lado, resultou no fim da única forma de ensino no Brasil, que eram os colégios missionários. Tendo em vista que,

Enquanto na Metrópole buscava-se construir um sistema público de ensino, mais moderno e popular, na colônia, apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias, as Reformas Pombalinas no campo da

⁴⁸ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014 p. 247.

⁴⁹ SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira*. [19--?]. p. 4.

educação, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando-lhes os bens e fechando todos os seus colégios.⁵⁰

Contudo, o que teremos com o início da reforma pombalina, mesmo afirmando buscar “zelar” pelo direito dos indígenas “assim como fazia os jesuítas” através da utilização da catequese, Pombal busca por outro lado, minimizar o papel da igreja e dos missionários religiosos, a fim de transformar os indígenas de seres “selvagem e sem modos” em seres civilizados que venham a fazer parte das demais populações da colônia.

O ideal de “civilização dos índios” difundido a partir da década de 1750 contrapunha-se ao sistema de catequese seguido pelos jesuítas e outros religiosos desde o século XVI, visando diminuir o papel da Igreja e das ordens religiosas na sociedade colonial e promover a equiparação dos índios aos demais vassallos do reino.⁵¹

O ideal de liberdade sempre frisado por Pombal, deve ser analisado de acordo com a intenção que se tinha em mente. A “libertação” indígena não se resumia a um fator humanitário ou de preocupação com o bem-estar dos mesmos, mas sim, voltado para fatores de desenvolvimento econômico. Onde o principal argumento levantado pela lei de 1755, era que os índios viviam submersos nos interiores, vivendo em situações precárias, em meio a barbárie e a selvageria, e de acordo com o Marquês, isso acontecia devido aos mesmos não terem liberdade de poder ser inseridos no mundo civilizado.⁵²

Ao reiterar as leis de 10 de novembro de 1647 e de 1º de abril de 1680, d. José novamente os declarava “livres, e izentos de toda a escravidão”, podendo dispor livremente de suas pessoas e bens, “sem outra sujeição

⁵⁰ SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira*. [19--?]. p. 5.

⁵¹ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014. P.233.

⁵² Não constitui novidade afirmar que “civilização” é uma noção chave do discurso europeu, necessária para a compreensão que povos e nações do chamado velho continente guardam a respeito de si mesmos e dos outros. 1 A ideia, em si, pode ser considerada bastante antiga, mas a palavra surgiu apenas no século XVIII, na França, difundindo-se por diversos idiomas europeus. 2 O *Dictionnaire de Trévoux*, edição de 1743, foi o primeiro que a registrou, embora sem a conotação atual. Tratava-se de um termo jurídico que significava um julgamento que tornava civil um processo criminal. O mesmo sentido era dado ao verbo “civilizar” desde o século XVI. No entanto, civilizar também significava “levar à civilidade, tornar civis os costumes”. O termo “civilidade”, no entanto, foi registrado por Raphael Bluteau, significando, porém, “descortezia, grosseria, rusticidade”. 7 O autor derivou corretamente o termo do latim *civilitas*, porém, notou que ele havia adquirido o sentido contrário. O vocábulo “civil”, entretanto, mantinha um sentido mais próximo ao original latino, significando “Cousa concernente a Cidadãos, á Sociedade, & vida humana”. Ver, SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. rev. hist. (São Paulo), n. 170, p. 233-260, jan. -Jun., 2014.

temporal [que] não seja a que devem ter ás minhas Leys, para a sombra dellas viverem na paz; e uniaõ Christã, e na sociedade Civil.⁵³

Com a libertação dos índios, os mesmos agora assumiriam (ao menos em tese) a posição de “homens livres” sobre contratação de mão-de-obra assalariada, recebendo de acordo com suas prestações de serviços, contudo, sabemos que de fato não era o que ocorria. O que teremos é uma forma de exploração escrava camuflada, com base em um discurso que cria todo um imaginário de liberdade, igualdade e fraternidade, com base em preceitos “iluministas”.

Ainda nessa mesma lei, o que se buscava era transferir os indígenas para o meio “urbano”, transformando suas aldeias em vilas. E em contrapartida, aqueles que se recusassem a ser inseridos no meio “urbano”, deveriam ser perseguidos, sendo aldeados e inseridos no cultivo da agricultura e da terra, tendo que se tornar seres produtivos. Estes por sua vez ficavam sob responsabilidade do governador e capitão geral. “Competiria ao governador e capitão general o exato cuidado “na instrucção civil dos referidos índios, que forem aldeados nos Sertoens”, conservando-os sempre em sua “liberdade”.⁵⁴

CAPÍTULO 3. O INÍCIO: A CRIAÇÃO DA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUÍ OU CAPITANIA DO PIAUÍ

Para entender como se deu o processo de ocupação do território Piauiense, assim também do que hoje vem a se chamar nordeste, buscaremos para tal entendimento tecer como base de análise a relação entre três fatores: as guerras contra os gentis, a criação de gado e como resultante dos já mencionados, a necessidade da expansão dos domínios territoriais portugueses⁵⁵.

Em demasia as produções historiográficas, as quais tratam sobre a ocupação das terras piauienses voltam-se para uma análise partindo das fazendas de gado, deixando de lado o

⁵³ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014. P. 243.

⁵⁴ SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014. P. 243.

⁵⁵ Ler, CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. *Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)*. São Paulo: Revista de História, nº 168, p. 167-200, janeiro/ junho 2013.

fator indígena. Os quais desde o processo de ocupação das terras brasileiras passaram de início, em meados do século XVI, por um processo de catequese e aldeamento, objetivando a inserção dessa população como agente ativo do processo de colonização, sendo substituídos pela implantação da mão de obra escrava negra, mas não em sua totalidade, ainda havendo um grande índice de exploração dos gentis.

Com o advento do século XVII, quando a coroa movida por interesses econômicos passará a dar visibilidade para o interior do território brasileiro, teremos novamente o início de uma segunda onda de guerras contra os índios, mas agora de forma mais acentuada e violenta, tendo em vista que estes estavam a atrapalhar a expansão territorial dos domínios portugueses com a ocupação das terras que tornar-se-iam currais destinados a criação de gado, dando-se início ao ciclo da pecuária, em contrapartida, contribuindo para a dizimação em grande parte da população indígena.

Atendo-nos a descrição do território Piauiense em sua localização espacial, o mesmo encontra-se ao Sul do sertão brasileiro, que fica nas proximidades do rio São Francisco e a parte costeira do mar que corre para o Ceará e Maranhão. Assim como podemos observar na descrição visível no mapa à baixo, o qual nos apresenta através de uma carta geográfica as extremidades e extensão do território do Piauiense, assim também como de maneira detalhada todo o seu traçado.



Mapa 1. Carta geográfica da Capitania do Piauí, por Henrique Antônio Galluzzi, 1761. Disponível em: < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart_249898.jpg > acesso em: 10-03-2017.

De acordo com o mapa, o Piauí em meados de 1761 apresentava a seguinte descrição: Na extremidade Norte, mantém proximidade com a costa do mar que banha o Ceará e Maranhão, o qual abre dois caminhos, um direcionado ao Maranhão e outro a Serra da Guapaba. Dando visibilidade a parte do sul do território, fazendo fronteira com o Rio São Francisco, dá abertura para dois caminhos de difícil acesso, por possuir grandes matas, o primeiro estendendo-se do Riacho Piauí (o qual virá posteriormente, a servir como exemplo de nome para o então território), que vai desaguar no Rio São Francisco; o segundo tem início na cabeceira do Canindé finalizando-se na Cachoeira do Rio São Francisco.⁵⁶

Assim como em todo o restante do território, a igreja católica se fez presente sempre em parceria com a coroa portuguesa, na demarcação de fronteiras e utilização da religião como forma de unificar as populações e ganhar a confiança dos mesmos. No Piauí não foi diferente, em 1697 é determinado ao Padre Miguel de Carvalho com a ajuda do Padre Tomé Carvalho a construção de uma igreja, por D. Francisco Lima, Bispo de Pernambuco na nova freguesia. Podendo ser conferida a importância da construção da mesma de 11 de julho de 1696, remetida a Roque Monteiro:

Meu Senhor. Serve esta cópia de capa a essa descrição do sertão do Piaguy, donde se fundou hua das duas Parochias; de que na geral dou conta a VM: não quis retardar esta notisia (supposto chegar a tempo) q. a possa levar este Navio Inglés q. parte depois da frota porq. Conheso do zelo de VM; lhe hade ser de agrado a sua leitura e q. nella hade achar m.to de q. fazer observação, assim p^a o bem spiritual das almas, como tambem p^a o augmento temporal deste Estado. A outra Parochia q. tenho mandado levantar quinhentas legoas ao sertão da Barra do Rio de S. Fran.co inda a concidero, de mais importantes consequensias a sua notisia, e descrição remeterey a VM. Na frota vindoura, dandome Ds. Saude, e vida & de tudo o mais q. entender ser de importancia farey avizo a VM. q. Ds. g.de como dez^o Ol.da 11 de junho de 1697.⁵⁷

Todavia, para que desse início a construção da igreja de Nossa senhora do Piauí, o P. Miguel realizou uma votação para que fosse escolhida a localização da referida igreja. Participaram da votação: Miguel de Carvalho, Joseph Garcia, Antônio da Cunha Sotto Mayor, Francisco Bezerra Correa, João Alz. de Oliveira, Francisco Machado, Cristovão de Britto de S. Paijo, Antonio Soares Touguia, Francisco Cardoso da Roza, Pedro Nunes

⁵⁶ Ver, *Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697*. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional.P. 370- 389.

⁵⁷ Ver, *Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697*. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional.P. 370- 389.

Pinheiro, Padre Alz dolivro, Antonio Dantes de Azevedo, Francisco Dias de Siqueira e Antonio Nunnes Barreto.

Com base na votação a igreja da nova freguesia ficaria localizada na Mocha, devido a sua localização geográfica e espacial, propícia para o desenvolvimento das populações aos seus arredores, assim também por facilitar acesso aos principais rios e riachos e por ficar próximo aos locais já povoados, ou seja, ficaria localizada no cerne da freguesia.

De acordo com a descrição feita pelo Padre Miguel ao Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco sobre o sertão Piauiense, o mesmo conta com a afluência de quatro rios correntes, vinte riachos, cinco riachinhos, dois olhos de água, e duas lagoas⁵⁸, tendo em suas margens um total de 441 pessoas, residentes nas 129 fazendas existentes, podendo serem identificados pela cor da pele, sendo estes: brancos, negros, mulatos, índios e mestiços.

agentes coloniais, índios, escravos e místicos na composição social do Piauí.

Para estudar a formação da sociedade piauiense em sua fase inicial, temos como fontes primárias os primeiros escritos feitos pelo Padre Miguel de Carvalho que viajou por todo o território em uma missão católica, por incumbência do Bispo de Pernambuco, Frei Francisco de Lima, o qual faz uma descrição do sertão piauiense. Com base neste documento, o Piauí no século XVII em sua fase inicial de ocupação, contava com 441 moradores dispostos em 129 fazenda, as quais ficavam localizadas nas margens dos rios Canindé, Itaim-açu, Itaueira; Maracua e Gungueia.

Tabela 1: Composição social (1697) quanto a cor-etnia.

Cor- etnia:	Branco	Índios	Negros	Mulatos	Mestiços	Caboclo
Total:	155	64	208	3	8	3

Fonte: Descrição do sertão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 370- 389.

⁵⁸Descrição do sertão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 370- 389.

De acordo com o quadro, podemos perceber que nesse período a maioria da população era constituída por negros, seguida de brancos e posteriormente de índios. Em uma terra ocupada por índios, antes da chegada dos portugueses, é assustador a proporção com que se deu a diminuição da população indígena, encontrando-se em fase de extinção, resultante das várias lutas travadas com os bandeirantes, os quais adentraram o sertão brasileiro em busca de ouro e minério, passando posteriormente, a caçá-los e dizimá-los devido a busca por expansão dos domínios portugueses, no caso do Piauí, devido a criação dos currais.

Mesmo os jesuítas estando na Freguesia desde 1656, com o objetivo de catequisar e aldear essa população tida como rebelde e selvagem, teremos o acontecimento de várias mortes, uma vez que, os próprios posseiros e donos de terras, eram contra os métodos jesuíticos, optando pelo extermínio da raça indígena, tendo em vista que tinham muitos prejuízos devido a roubos, saqueamentos, destruição de plantações e currais. “Mas, enquanto os religiosos eram partidários da catequese para a Pacífica expansão colonizadora, os criadores optavam pelo esmagamento completo do indígena, para a expansão de seus rebanhos”.⁵⁹

Todavia, diferente da análise feita por alguns historiadores como Tânia Brandão e Luiz Mott, onde a primeira em seus estudos realiza uma descrição de 334 moradores na freguesia e o segundo 438, nos anos de 1697, baseados na análise do Padre Miguel, o qual nos apresenta uma descrição do sertão Piauiense, estimando um total de 441 moradores no período. Ao deparar-me com a mesma documentação, teci uma nova abordagem. Para tanto, como pode ser percebível no quadro I, temos para além, dos brancos, negros, índios e mestiços, os quais são apontados por Brandão e Mott, contemplo a presença de 3 mulatos e 3 caboclos. Dentre os caboclos, 1 é citado por Miguel de Carvalho e os outros dois são resultantes da união de Silvestre Gomes com uma índia, gerando o nascimento de duas filhas caboclas. Assim como apresento na tabela mais à baixo.

Na maioria das fazendas do Piauí, moravam vaqueiros, os quais tomavam conta das mesmas para seus donos que moravam no litoral, não se acostumando com o clima seco do Piauí, juntamente com escravos negros ou indígenas. Nos relatos do Padre Miguel, podemos perceber a distinção com que fala da população da época, onde só menciona o nome das pessoas de cor branca, relatando com exceção apenas o nome de alguns negros que tinham a confiança dos seus patrões, que tomavam conta das fazendas servindo de capatazes,

⁵⁹NUNES, Odilon. Pesquisa para a História do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros... Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. p. 84-85.

possuindo outros negros ou índios, como seus escravos para realização das tarefas pesadas. Como é o caso da fazenda pertencente a Afonso Sertão, que ficava no Riachinho Boroty, sob os cuidados de Francisco, um negro casado com uma índia, os quais tinham 5 filhos.

Tem-se também as fazendas onde moram apenas brancos, como é o caso da primeira fazenda descrita por Carvalho, que fica na cabeceira do Canindé, onde mora Henrique Valente e Antônio Lopes; na fazenda Boqueirão, morando o Capitão Antônio Nunes, sozinho; fazenda A ilha, onde moram Cribones Caldeira e Costodio Afonso; fazenda Gracioza morando Francisco de Quadros, sozinho; e na fazenda estereito, que fica nas proximidades do Riachinho Maratamhaim, Simão da Costa, vivendo sozinho. Por outro lado, temos também o caso de fazendas onde moram apenas negros, por exemplo, a fazenda Sítio da Cobra, estando nela dois negros, sem brancos.

Outro dado importante era a desigualdade existente entre homens e mulheres, fazendo-se presente apenas 40 mulheres (Quadro II), dentre estas, apenas uma branca. Outro fator relevante, era o número de casais, sendo apenas 4, entre estes: um casal de brancos, Aguiar e Maria carvalho moradores da fazenda - O Bello Jardim de Santa Cruz (único casal branco); Afonso (negro) casado com uma mestiça, moradores na fazenda O Saco; na fazenda As Almas Sanetas, que fica nas proximidades do Riacho Piauí, vivia Silvestre Gomes (Branco) casado com uma Índia, tendo 2 filhas, com posse de 1 índio; e Fazenda Riachinho Boroty, que ficava na banda do Sul para o Canindé e do outro lado para o São Francisco, sendo apenas uma fazenda de éguas, morando um casal de negro e uma índia, os quais tinham 5 filhas, fazenda está pertencente a Afonso Sertão. Resultando num total de 433 pessoas solteiras.

Tabela 2: Composição Social (1697): Quanto ao sexo.

	Negros:	Branços:	Índios:	Mulato:	Mestiço:	Caboclo:
Homens:	201	154	41	1	2	2
Mulheres:	7	1	23	2	6	1

Fonte: Descrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm. ° S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 370- 389.

Cabe ainda salientar que dentre esta população, tinha-se apenas 7 crianças, dentre estas, 5 mulheres mestiças, resultantes da união de um negro e uma índia e 2 homens, filhos de um branco e uma índia. Concluindo, que quase 99% da população era de adultos. De acordo com a análise feita até o momento, cabe apresentar de que de certa forma a população

encontrava-se dividida com base em sua condição social, sendo possível perceber uma grande desproporção entre o número de escravos e homens livres, estando composta a população em sua maioria de escravos. Cabe ressaltar ainda que no quadro a baixo, quando utilizo a palavra escravo, estou me referindo apenas aos homens negros, não por achar que os índios não foram escravizados, mas por que pretendo abordar esta questão no próximo capítulo assim também como a própria questão negra.

Tabela 3: Distribuição da população no Piauí em 1697 de acordo com a condição social.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA (1697):	MULHERES:	HOMENS:	TOTAL:
ESCRAVOS:	7	201	208
LIVRES:	33	122	155

Fonte: Descrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 370- 389.

Em 1757, o Vigário Antônio Luiz Coutinho, faz uma nova descrição da Freguesia de Nossa senhora da Vitória, onde nos apresenta como encontrava-se dividido a população com base na criação de gado, encontrando-se submersa no interior das matas, nas margens dos rios, o que gerava uma população dispersa e fazendas distantes que necessitavam de uma grande extensão de terras para o manuseio do gado:

Nas beiras dos riachos assistem os paroquianos criando gados vacuns e cavalares, distantes uns dos outros de 3 a mais de 10 léguas, por morarem juntos dos poços (d'água) que ficam nos tais riachos no tempo do inverno... acha-se situada essa Freguesia de Nossa senhora da Vitória no centro do Sertão do Piauí: não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhum permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os officios da justiça. Tem circunvizinhos moradores na distância de 1 légua que tratam algumas pequenas roças de mandioca, milhos arroses eu nem a terra admite agricultura abundante, por muita seca no tempo de verão, e não haver com que regar, e por serrem muitas as enxurradas no tempo de inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem comodamente morar perto da vila, se acham dispersos por vários

riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados.⁶⁰

“O curral e o açougue do Brasil”: a instalação das primeiras fazendas de gado no

Piauí

[...] E o território de mais de 250.000 Km² hoje representado pelo Estado do Piauí (oito vezes a superfície da Bélgica) não tinha ainda sido conquistado pelos colonizadores.⁶¹

No entanto, o território que posteriormente veio a se chamar Piauí ainda não tinha sido colonizado. Mas, com o advento do final do século XVII, em 1674, o então português Domingo Afonso Sertão, ao adentrar o interior do Piauí o descobre e passa a povoar as novas terras. Desta forma, teremos o início de um nascente comércio com base na criação de gado bovino e cavalariço, tornando-se um dos maiores fornecedores de carne para várias regiões, teremos então o início do ciclo da pecuária. Todavia, cabe salientar que esta atividade assim também como o povoamento das terras piauienses, surgiu como resultante extensão da produção de cana-de-açúcar, podendo ser dividida em dois momentos.

Em um primeiro momento, no século XVII com a expansão da produção açucareira, a qual dependia do gado bovino e cavalariço não apenas como um alimento básico e indispensável para a alimentação dos escravos e homens livres, mas também como o único meio de transporte utilizado na época para os engenhos. Mas, a criação de gado nas proximidades dos engenhos acabaria por atrapalhar a produção, passando a haver uma grande concorrência com a principal atividade e fonte de lucro da época, tanto na ocupação de terras, utilização de mão-de-obra e capital.

Diante desses fatores, fazia-se necessário a expansão dos domínios territoriais, através da conquista de novas terras, passando então os bandeirantes e desbravadores a adentrarem o interior do Sertão. Posterior a esse período, na segunda metade do século XVIII, com a queda da produção açucareira, teremos uma nova forma de ocupação do território piauiense, mas agora em busca de trabalho, sendo esses povos que passaram a povoar a capitania. Assunto

⁶⁰Relação de Nossa Senhora da Vitória da Villa da Mocha do Sertão do Piauí do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757. Instituto Geográfico e Brasileiro, Arq. 1. 1. 12, Ms. do Conselho Ultramarino.

⁶¹MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976 p. 90.

este que daremos uma maior ênfase no próximo tópico, com a necessidade da criação das primeiras vilas.

Assim em sua fase inicial de ocupação, “em 1674, Domingos Afonso Sertão conquistava praticamente metade do território piauiense, de modo que, ao retornar a Bahia, onde tinha residência, deixa através de si 30 fazendas de gado administradas por vaqueiros de sua confiança”.⁶² Desta forma, podemos perceber que foi Afonso Sertão, quem deu os primeiros suportes e subsídios para o surgimento de uma nascente atividade econômica para o Piauí, o maior detentor de terras da região. Tais fazendas de gado, serão as propiciadoras da ocupação do território, passando a determinar o modelo dominante de controle da população. Ou seja, antes da criação de um governo para a capitania, e podendo dizer, até mesmo após a sua criação, teremos uma forte disputa de poder entre a igreja e os fazendeiros, pelo controle do território.

Quase 30 anos após a descoberta do sertão piauiense, as fazendas de gado chegaram quase que a triplicar, terras que seriam de posse de Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho, os quais não morando no Piauí, arrendavam suas terras para posseiros e sesmeiros, para a criação de gado, passando de 30 fazendas iniciais, para 129 nos anos de 1697.

Tabela 4: Descrição das fazendas do Piauí no final do século XVII.

Fazendas:	Nº de fazendas:
Canindé	68
Itaim-açu	36
Itaueira	9
Maratuã	9
Gurgueia	7
Total:	129

Fonte: Descrição do sertão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 370- 389.

Situavam-se as fazendas as margens dos rios, com uma quantidade significativamente pequena de moradores, contando pelo menos na maioria das vezes com um morador, homem branco com um negro escravo ou em poucos casos um homem negro tomando conta das

⁶²MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976 p. 92.

fazendas de seu senhor, portando um escravo, ou em outros casos, encontrava-se apenas um homem branco morando sozinho.

Como forma de controle da extensão de cada fazenda, onde com base na Carta Régia de 7 de setembro de 1697, as fazendas só poderiam atingir no máximo 3 léguas de comprimentos por 1 légua de largura. Mas, estas ordens em alguns casos eram descumpridas, excedendo o limite máximo de extensão. “De uma amostra de 33 das primeiras fazendas existentes no Piauí no século XVII, 29 possuíam superfície superior ao limite regular [...]”.⁶³

Tabela 5: Superfície das fazendas do Piauí- Século XVIII (em léguas).

Comprimento	X	Largura	Área Total	Frequência
1	X	2,0	2,0	1
1	X	2,5	2,5	1
1	X	3,0	3,0	2
1	X	4,0	4,0	4,0
1	X	4,5	4,5	1,0
1	X	6,0	6,0	1,0
1	X	7,0	7,0	1,0
1,5	X	2,5	3,7	1,0
1,5	X	4,5	6,7	1,0
2,0	X	2,0	4,0	4,0
2,0	X	3,0	6,0	5,0
2,0	X	4,0	8,0	3,0
2,0	X	2,5	5,0	1,0
3,0	X	3,0	9,0	4,0
3,0	X	4,0	12	1,0
4,0	X	4,0	16	2,0
5,0	X	14	70	1,0

FONTE: MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento Rural Centrífugo*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976.

Contudo, o limite de extensão das fazendas era ultrapassado na maioria das vezes devido as restrições postas pelo próprio território, seja nas condições climáticas ou estrutura geográfica. Devido a necessidade do manejo com o gado, uma vez que, era necessária a aproximação aos cursos de água e movimentação constante para a busca por alimento, fosse pelo esgotamento do mesmo em determinado local ou pela busca por pasto verde.

⁶³MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976 p. 93.

Vilas, freguesias e a instalação de um projeto português.

Através da forma de ocupação do território brasileiro torna-se perceptível que sua estrutura ocupacional não foi criada com objetivação de que mesmo se tornasse metrópole, mas sim, desde os primeiros passos da colonização, torna-se um território fundamentalmente rural, subordinado a atender as necessidades postas pela coroa portuguesa, visto por estes como um local de extração de riquezas, e com o Piauí não foi diferente.

Desta forma, com a instalação da primeira vila na sede da freguesia de Nossa Senhora Da Vitória, em 1717, sendo está a vila da Mocha, visava-se dar visibilidade para a ocupação do território, e tirar do interior das matas a população que se encontrava dispersa devido a necessidade da criação do gado.

“Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila da Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são os oficiais de justiça. Tem circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos arrozes que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo do inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem comodamente morar junto da vila se acham dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados”.⁶⁴

Com uma população dispersa e rarefeita, 45 anos mais tarde, com base em uma Carta Régia, a qual determinava a criação de vilas em cada uma das 7 freguesias existentes no Piauí, com o objetivo de tirar a população das margens dos rios e trazer para o centro das freguesias. “O rei de Portugal tentando evitar que tais habitantes “vivam em grandes distâncias dos outros, sem comunicação, como inimigos da sociedade civil e comércio humano””.⁶⁵

Todavia, mesmo após a obrigação da criação das vilas, a população ainda se encontrava dispersa, comportando um número muito pequeno de fogos. As vilas encontravam-se divididas entre as 7 freguesias, totalizando um número de 413 fogos. Tais vilas encontravam-se em condições precárias, podendo ser compreendidos apenas como pequenos núcleos “urbanos”.

⁶⁴ Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, do Sertão do Piauí, do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antonio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12.

⁶⁵MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976 p. 95.

Tabela 6: Número de fogos das vilas do Piauí: 1762.

Número de fogos das vilas do Piauí: 1762.	
Vilas	1762
Oeiras	270
Valença	39
Paranaguá	34
Campo grande	31
Marvão	19
Jeromenha	16
Parnaíba	4
Total	413

Fonte: Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Contudo, cabe-nos perguntar, o que causaria essa dispersão da população pelo interior da capitania? Como já foi abordado, a capitania do Piauí, em meados do século XVIII, quando descoberta por Afonso Sertão, tendo como base estrutural e povoamento a criação de fazendas, torna-se oportuno pensar na proporção dessas fazendas, e como eram feitas a distribuição das terras nesta região.

Basicamente, a maioria das fazendas existentes no Piauí pertenciam a dois grandes sesmeiros, Domingos Afonso Sertão e Francisco Dias D'Avila, da chamada Casa da Torre, e desta forma, as mesmas encontravam-se nas mãos de poucos, causando dessa forma uma dispersão da população, os quais acabariam por construir suas moradas perto dos cursos de águas e em lugares propícios para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, uma vez que, os populares só ocupavam tais terras através de arrendamento ou tomando conta das fazendas de seus donos, não sendo assim concedida terras a estes.

"A Capitania do Piauí é falta de povoações formadas; não há falta de povoadores, que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. De sorte que se os seus moradores se unissem em povos, bastariam para formar várias cidades e vilas".⁶⁶

⁶⁶ MOTT, 1976, p. 348. In: _____, Nunes (Odilon), *Pesquisas para a História do Piauí*. Teresina, Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966, vol. I, p. 155, nota 55.

Desta forma, para além das questões geográficas e populacionais, essa divisão de terras acabava por criar uma forte forma de poder para os proprietários das terras, estes que acabavam por controlar e direcionar a vida dos moradores. Mas, por outro lado, teremos uma segunda força, a igreja, esta que através da religião acabava buscando o monopólio e controle da vida na capitania, pois assim como podemos observar com os relatos do Padre Miguel de Carvalho, na nova freguesia, na vila da Mocha, fez-se necessária a criação da igreja de Nossa Senhora da Vitória, determinando aos seus arredores a criação das vilas, ou seja, demarcando fronteiras. Assim o poder local era determinado entre uma grande disputa entre os grandes proprietários e a igreja.

Na segunda metade do século XVII, tendo em vista a disputa estabelecida entre a igreja e os grandes proprietários de terras, a coroa portuguesa tem como objetivo a criação de um poder local, instituído com base na instalação de um governo na capitania, visando desta forma, garantir um desenvolvimento populacional, criação de vilas, desenvolvimento econômico e defesa do território, ou seja, com a criação de um governo teria maior controle e poder sobre a capitania. Com tais objetivos, a vila da Mocha, em 1718 é elevada a cidade e sede da capitania, mas ocorrendo apenas sua efetivação 40 anos mais tarde, em 1759 com a instalação do primeiro governo, sendo o primeiro governante João Pereira Caldas, passando a se chamar agora Oeiras.

CAPÍTULO 4. A CAPITANIA DO PIAUÍ A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PRIMEIRO GOVERNO (1759): MUDANÇAS OU PERMANÊNCIAS?

Desde a sua “descoberta”, o Piauí trazia em seu âmago uma forte hierarquia, onde de um lado teremos a população menos favorecida destinada sempre a servir como mão de obra e gerar lucro para o Estado, porém, vista com seus modos rústicos e incivilizados como algo a atrapalhar o bom andamento dos negócios. E por outro lado temos uma grande disputa de poder na capitania entre os sujeitos que pretendiam controlar a população (a igreja e os donos de terras) e a administração portuguesa.

O que se percebia eram várias tentativas de controle da população, constituída por vários projetos que proporcionavam diferentes e diversos rumos para a capitania. Todavia, em 1759 com a implantação do primeiro governo, teremos uma nova forma estrutural de relações sociais e econômicas, porém, ainda tecidas com base em relações de interesses pessoais. O

aparato administrativo buscará se desenvolver mediante uma rede de pactos locais⁶⁷, com os grandes proprietários locais e a igreja.

No restante do mundo com o florescer do final do século XVIII, com a chegada do então século das “luzes”, teremos uma maior exaltação da figura do homem, em detrimento da religiosidade. O homem agora deixa de pensar e desenvolver suas relações com base em indicações divinas para utilizar-se da racionalidade, está que trazia consigo um ar de progresso e desenvolvimento. No Piauí, teremos a utilização da racionalidade voltada para a busca por controlar uma população que vivia “submersa na ignorância”, em disciplinada para gerar desenvolvimento econômico para a Coroa Portuguesa.

O uso da razão foi colocado a serviço dos negócios do império. As fontes sugerem que o racionalismo iluminista chegou às colônias como exercício de poder, pois os habitantes eram contados, descritos e submetidos às leis, diagnósticos, normas e instruções detalhadas de como e onde deviam morar, vestir-se e trabalhar em prol do engrandecimento econômico do império português e da construção do seu ideal de sociedade.⁶⁸

Outro fator que veio a contribuir e dá subsídios para a efetivação de um projeto político-econômico-administrativo da coroa portuguesa para a capitania do Piauí, foi a reforma Pombalina, que agia em consonância com a criação da Companhia Geral de comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão⁶⁹, a expulsão dos jesuítas de todo o território e a criação de vilas, o que tinha como finalidades gerar um aumento populacional na colônia e um maior desenvolvimento comercial, com base no desenvolvimento dos gêneros de exportação. Temia-se a ameaça inglesa e espanhola e, desta forma, seria necessário demarcar fronteiras, e para se ter um maior desenvolvimento da colônia, nada mais necessário do que aumentar a população, o que geraria mais mão de obra para o desenvolvimento do comércio.

Na segunda metade do século XVIII, enquanto Portugal e Espanha tentavam delimitar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri, o gabinete

⁶⁷ Estes pactos locais seriam uma forma encontrada pela coroa portuguesa para manter a ordem e o controle na capitania, onde a igreja e os grandes proprietários serviam a coroa com base na política das graças e das mercês, recebendo benefícios e jurando lealdade a El’Rei de Portugal. Ver, HESPANHA, Antônio Manuel. “Depois do Leviathan”. *Almanacke Braziliense*, nº 5, 2007.

⁶⁸ FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A Pedra e o Pálio: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010. P. 13.

⁶⁹ Uma empresa comercial com ideais mercantilistas seria criada no final do século XVIII, no período Pombalino pelo Marquês de Pombal, a qual visava manter o monopólio econômico das atividades comerciais com os Estados do Grão-Pará e Maranhão para assim fortalecer o controle no reino. Ver, SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto*. São Paulo: rev. hist. n. 170, jan. -Jun, 2014.

pombalino arquitetava um plano secreto para introduzir mercadorias nas terras espanholas da América e obter prata por contrabando. O Piauí, por sua posição geográfica, tornou-se centro de atenção, pois era o caminho que ligava por terra o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil.⁷⁰

Assim, o Piauí assumia uma posição importante para os negócios da Coroa, funcionando como um entreposto comercial, que possibilitava a ampliação dos domínios portugueses e a demarcar fronteiras. Diante destes fatores, com uma região recém descoberta, fazia-se necessário controlar e disciplinar a população existente para que assim fosse possível alcançar os objetivos traçados.

4.1 A busca pelo controle da Capitania: o governo de Pereira Caldas (1759- 1769)

Mocha torna-se a primeira vila da capitania do Piauí em 1712, e posteriormente em 1718 em capital da freguesia, com o objetivo de criar um aparato administrativo na capitania e desmembrar-se econômica e administrativamente do Maranhão. Porém, é fatídico que isso não acontecerá de imediato.

Assim, 47 anos após a objetivação da criação de um governo para o Piauí, em 1759, cumprindo-se o decreto expedido pelo rei D. José, de 21 de agosto de 1758, ofício de nº 34, página 337⁷¹, teremos de fato o primeiro governador para a Capitania do Piauí. Sendo indicado o nome de João Pereira Caldas, para assumir o então cargo de governador, sendo este, assim como disposto nos altos da carta enviada de Lisboa por D. José, o mesmo era conhecido por prestar bons serviços e atender aos merecimentos de tal posição que assumiria. Sendo este sargento-mor da Infantaria no Pará, o qual assumiria o cargo com a patente de Coronel, recebendo de soldo dois contos de réis em cada um ano de serviços prestados.

Todavia, o governo do Piauí, ficaria subordinado ao governo do Grão-Pará. João Pereira Caldas ficaria então subordinado ao cargo de governador por duração de três anos, podendo esta ser prorrogada devido à necessidade ou falta de uma pessoa para lhe substituir, e desta forma o mesmo deveria ter disponibilidade para permanecer no cargo, quanto tempo fosse necessário, até a chegada de um sucessor.

Fui servido crear [sic] de novo o governo da Capitania do Piauí, subordinado ao governo do Grão-Pará: E attendendo aos merecimentos e

⁷⁰ FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A Pedra e o Pálio: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010. P. 14.

⁷¹ *Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí*. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU_ ACL _ CU _ 016, CX. 5, D. 358.

serviços que concorrem na pessoa de João Pereira Caldas, Sargento-mor da Infantaria no Pará: Hey por bem nomealo [sic] para governador da mesma Capitania do Piauhy com referida subordinação e por tempo de três anos, e o mais que lhe for servido, enquanto não lhe mandar sucessor [...].⁷²

Por consequência, apenas depois de dois anos após a implantação do Primeiro Governo na Capitania, Mocha efetiva-se de fato como capital e sede da freguesia, em 1761, agora recebendo o nome de Oeiras, em homenagem ao então Conde de Oeiras⁷³.

Na primeira descrição feita do Piauí pelo Padre Miguel de Carvalho, o que podemos perceber é a igreja buscando assumir uma posição política ativa como forma de controlar e ditar a forma de vida e costumes da população existente, isso podendo ser percebível desde a forma como o Padre informa a necessidade da criação de uma igreja na freguesia ao Bispo de Pernambuco. O que acabaria batendo de frente com as ideias e objetivos dos proprietários de terras, estes que apenas visavam desenvolvimento econômico e para tanto precisavam da população como mão-de-obra, acabando assim por gerar uma disputa entre este pela população local.

Os conflitos entre a Igreja e os fazendeiros, tomavam a forma de disputas para ter algum poder sobre os moradores. A construção da igreja interferia na vida social, atraindo moradores nos dias de festa, interpondo-se nas relações até então vigentes. Havia, portanto, uma disputa pelo controle dos habitantes. Os padres tinham como pretexto a vida religiosa, enquanto os fazendeiros certamente queriam braços para o trabalho.⁷⁴

Em contrapartida, a criação do primeiro governo, vinha como um meio de reorientar as relações sociais na capitania e adquirir uma forma de controle administrativo e econômico local para a própria região, e para tanto necessitava separar-se não somente politicamente da capitania do Maranhão, mas também econômico e administrativamente. Contudo, cabe ressaltar que essa nova forma de orientação da população, não vai diferir muito da anterior com base na disputa dos senhores e da igreja, tendo em vista, que as novas relações passariam agora a ser tecidas com base em acordos e troca de favores. Desta forma tinha-se os mesmos objetivos, o foco na questão econômica, na geração de lucros.

⁷²Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU_ ACL_ CU_ 016, CX. 5, D. 358.

⁷³Titulação criada por D. José como homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, diplomata e primeiro-ministro de Portugal. Passando este título de Conde de Oeiras, em 1769, a ser substituída pelo de Marquês de Pombal.

⁷⁴FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A Pedra e o Pálio: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010. P.28.

Assim como podemos perceber na carta enviada por Manoel Bernardo de Melo e Castro, capitão-general e governador do Pará, ao rei D. José em 12 de novembro de 1761, informando o envio de uma carta ao então governador da Capitania do Piauí João Pereira Caldas, a qual determinava o cumprimento da carta régia de 19 de julho 1761, sobre a ordem da criação de um almoxarifado na então região, este que seria independente da Capitania do Maranhão [...] Ordenando que “por elle se faça arrecadação de todos os direytos reaes [sic], mais rendimentos pertencentes a mesma Cappitania na forma do Regimento dado ás provedorias do Estado do Brasil”.⁷⁵

Essa mudança nas relações sociais com a criação de um governo, não representava de fato uma melhoria na forma de tratar e ver a população existente, mas sim apenas uma forma da coroa portuguesa manter o seu controle e poderio sobre a região, uma vez que, se temia a perda de controle para a igreja e os senhores de terras. Assim, com a criação de um governo na capitania, criava-se todo um aparelho burocrático, onde:

[...] os administradores coloniais eram os chamados reinóis, nascidos na metrópole, enviados para ocupar os postos mais altos no governo da capitania. Outros cargos públicos, como os de juízes, militares, vereadores, eram escolhidos entre os nobres da terra, geralmente fazendeiros ou pessoas que tinham alguma influência local.⁷⁶

Assim sendo, a coroa não precisava estar de corpo presente para reafirmar seu poder e controlar os lucros adquiridos, pois os próprios funcionários do governo acabavam se fiscalizando e entregando os deslizes ou desonestidades cometidas pelos seus companheiros de trabalho.

Podendo isso ser percebível nas primeiras ações desenvolvidas por Pereira Caldas, nos primeiros anos de seu governo, onde envia uma carta em 26 de janeiro de 1760, ao rei D. João, solicitando o aumento de sua jurisdição, a fim de enviar algumas pessoas para caçar os povos indígenas nas capitanias do Pará e Maranhão, pedindo nesta liberdade para interferir e agir nas extremidades destas regiões, para assim conter os gentis, que para ele eram tidos como ameaça para o bom desenvolvimento da produtividade das terras pelos senhores, e que

⁷⁵Carta do [governador e capitão-general do Pará] Manoel Bernardo de Melo e Castro, ao [Rei D. José], sobre as intenções do governador do Piauí, [João Pereira Caldas], de criar um almoxarifado, no Piauí, independente do Maranhão. Pará, 12 de novembro de 1761. AHU_ ACL _ CU _ 018, CX. 8, D. 497.

⁷⁶FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A Pedra e o Pálio: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010. P. 39- 40.

por consequência, acabava causando insatisfação nos mesmos. Podendo ser compreendida assim como está disposto no fragmento abaixo:

[...] preciso que Vossa Magestade [sic] me permita licença para me exceder dos limites da jurisdição do meu governo, podendo continuar a guerra em terras pertencentes as capitânicas do Pará e Maranhão, em que habitas os referidos gentios, e aonde se faz preciso procurarllos [sic], desejando tão bem que Vossa Magestade [sic] me de licença para que sendo naquella ocasião necessária a minha asistencia [sic] nas ditas partes, possa acharme [sic] nellas, sem encargos de haver que sair fora do território do meu governo, que não posso fazer se a dita licença.⁷⁷

Tendo em vista que os gentis saqueavam e destruíam várias fazendas, matavam gados, destruíam plantações, tudo isso devido a insatisfação da interferência dos novos povoadores de suas terras, estes que além de tomar seu território, acabavam os caçando e vos utilizando com mão-de-obra escrava. À vista disso, assim como para a coroa portuguesa, para Pereira Caldas os povos tidos como bárbaros e incivilizados estavam por atrapalhar o bom andamento dos negócios, assim também como atrapalhando no “desenvolvimento” do País, e, no entanto, Pereira Caldas informa ao rei D. João que travar guerras e exterminar esses povos seria a única solução de contê-los, uma vez que, dessa forma os povos nas capitânicas viveriam melhor, teriam maior produtividade e haveriam um grande aumento no pagamento de dízimos. Assim como vos fala na carta:

A minha limitada compreensão, com a experiência ocular que tenho deste país, não alcança outro meio com que se possa evitar tão grande ruína, e sossegar estes aflitíssimos povos, que esperam remédios do seus trabalhos do Paternal animo de Vossa Magestade [sic], e da sua inácta piedade e real poder, para se verem felices [sic], cultivando suas terras, e povoando as excelentes, que presentemente cupão os gentios, para tão bem utilizarem com mais avultados dízimos a Real fazenda de Vossa Magestade [sic] que mandará o que for servido.⁷⁸

Tendo em vista, que no final do século XVIII, a coroa portuguesa agora voltada para a ideia do progresso influenciada pelas ideias iluministas, passa a utilizar estas como um meio para atingir seus fins, transformando a ideia de progresso humano, com base no uso da razão, em um meio para dar ênfase e suporte para abrir espaço para um desenvolvimento econômico.

⁷⁷Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio. Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, CX. 6, D. 384.

⁷⁸Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio. Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU_ACL_CU_016, CX. 6, D. 384.

Todavia no Piauí não foi diferente, com a criação do Primeiro governo visava-se alargar as fronteiras, aumentar a população da região, demarcar fronteiras, ou seja, reafirmar seu poder enquanto metrópole na capitania. Para além da igreja e senhores de terras, estes que o rei acabou estreitando laços e mantendo relações com base em troca de favores e gratificações. O Império português, passará a ver outro empecilho, para a efetivação de suas novas medidas, sendo estes os jesuítas.

Objetivando-se a expulsão destes de todo o território brasileiro, assim também como do Piauí, em 1759 tem-se início o período Pombalino, este que terá no comando o então Conde de Oeiras, agora conhecido pelo título de Marquês de Pombal, o qual terá expulsado definitivamente todos os jesuítas do território até 1760. Objetivando com essas e outras ações trazer um maior desenvolvimento econômico para o país, podendo assim gerar mais lucros para a corte.

No caso do Piauí, após a expulsão dos padres inacianos, em 21 de janeiro de 1762, João Pereira Caldas envia uma cópia do ofício para o Desembargador Luís José Duarte Freire, onde menciona o que deve ser feito com os bens deixados pelos padres da Companhia de Jesus, com encargos de capelas, minas, sufrágios⁷⁹ e outras obras pias⁸⁰. Objetivando desta forma apresentar uma relação na qual se destacam os seguintes pontos:

[...] primeiramente se destaque o nome do instituidor, ou instituidores de cada huma das instituições [sic] daquela natureza. Em segundo lugar, os títulos pelos quais dispozerão [sic]. Em terceiro lugar, as obras, que ordenarão. Em quarto lugar, os bens e rendas que deixarão para o cumprimento das suas disposições [sic]. Em quinto lugar, o que anualmente produzem nas rendas certas, ou incertas, todos e cada hum dos bens sujeitos à capella de que se trata. Em sexto, e ultimo lugar, o que em cada huma destas capellas, ou instituições [1 palavra incompreendida] livre aos seus respectivos administradores, ou [1 palavra incompreendida] cumprimento do legado.⁸¹

As fazendas e todos os bens pertencentes a Companhia de Jesus ficariam agora sobre a responsabilidade da fazenda real, seriam agora de posse do Estado, o que geraria lucros para a coroa. Dentre estes bens estariam inclusas as fazendas herdadas pelos padres em 1711, após a

⁷⁹ Era um certo tipo de moeda de valor, concedida por um imperador a uma pessoa que lhe conferisse alguma honra.

⁸⁰ Objeto feito de pedras bem resistente, que se encontra nas igrejas, utilizados para a realização do batismo.

⁸¹ *OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao desembargador e ouvidor, [Luís José Duarte Freire], sobre a relação que deveria ser feita dos bens administrados pelos jesuítas, com encargos de capelas, minas, sufrágios e outras obras pias.* AHU_ ACL _ CU _ 018, Cx. 8. D. 500. Oeiras do Piauí, 21 de Janeiro de 1762.

morte de Domingos Afonso Sertão, o que permitiu a instalação e fixação dos mesmos na capitania. Assim como podemos observar nos relatos de memória de Domingos Gomes:

[...] Falecido Domingos Afonso no ano de 711, partiu para o Piauí o Senhor Mathias Francisco com o Padre Manoel da Costa a tomar posse das Fazendas, e acharão que já os chamados filhos de Domingos Afonso a estavam tomando, e o Juiz da terra lhe dava com seu Escrivão; de onde os sobreditos religiosos por suspeita esta justiça, é apenas queira admitir a disposição do Testamento do defunto Domingos Afonso, recorreram ao Governador do Maranhão, indo pessoalmente o sobredito Padre Manoel da Costa, donde trouxe provisão para o Escrivão da Igreja nos dar a dita posse, e fazer Inventário com duas louvadas independente de maior Justiça, a que tudo assim se fez dentro em cinco anos, começando-se a diligencia pelos sobreditos dois Religiosos no sobredito ano da morte de Domingos Afonso de 711, e declarando-se no ano de 717, os quais cinco anos se tomarão para segregarem também todos os gados [...].⁸²

Estes que vieram para as Américas e, por consequência, ao Brasil em 1549, os quais de acordo com seus propósitos religiosos cristãos, praticavam o exercício espiritual do catolicismo através da realização das atividades de catequese e educação. No Brasil, estes tiveram uma grande atuação e participação no processo de colonização, tendo uma importância significativa no âmbito religioso, na catequese e aldeamento dos índios.

Na América os colégios jesuítas para além do papel de educar os filhos dos colonos que não tinham oportunidades para irem estudar na metrópole, exerciam também uma educação religiosa esta que se voltava para a formação de indivíduos que viessem a ingressar na carreira religiosa, assim também como a propagação desses colégios serviram como um demarcador de fronteiras, determinando os limites do território.

Após a Restauração da monarquia portuguesa, o poder dos jesuítas aumentou de maneira expressiva nos domínios ultramarinos, pois entre 1640 e 1668 as dioceses de Angola, Congo, Cabo Verde, São Tomé, Cochim, Goa, Macau, Malaca, Meliapor e Bahia ficaram sem bispos, já que Roma só reconheceu a Dinastia de Bragança após a assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Espanha. Entretanto, devido a vários problemas em Portugal e também pelo grande poder econômico e político que adquiriram na Colônia, os inicianos foram expulsos pelo marquês de Pombal, em 1759.⁸³

Porém, mesmo que emanados por ações divinas, movidos por buscar a “salvação para as almas perdidas e presas na escuridão”, as ações da Companhia de Jesus tinham um cunho

⁸²*Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí*. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

⁸³MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí: negócios e educação*. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 91.

político-econômico, sendo considerados grandes senhores de escravos, dentre estes indígenas, e portadores de muitas riquezas. Estes que tinham como incumbência catequizar e proteger os índios, acabavam por utilizar estes como mão de obra, para assim como os colonos adquirir riquezas, para estes cabe ressaltar que era apenas considerado “livre” o índio que aceitava a evangelização. Ou seja, ora eram contra as práticas escravistas, ora se utilizavam desta para bem próprio.

No caso do Piauí, a realidade encontrada pelos padres se distinguia do restante do território, uma vez que, no Piauí as ações desses se restringiram as ações de aldear e catequizar a população indígena, e administrar as fazendas deixadas por Mafrense. Tendo em vista, que no Piauí a população não demonstrava interesse para questão educacional, fossem pela forma de atividade econômica desenvolvida ou pelo tipo de população e sua quantidade.

Ainda que a fixação de fato dos inacianos no Piauí tenha se dado após a obtenção das fazendas deixadas pelo falecido Mafrense, tem-se conhecimento da passagem destes pela capitania, desde 1607, como foi o caso do padre Luís Figueiredo, o qual fugindo das guerras travadas contra os gentis acabou atravessando o Rio Parnaíba, buscando refúgio com alguns de seus companheiros nas terras do Maranhão.

Caso exemplar pode ser analisado é um registro datado de 1704, do Padre Miguel de Carvalho, que trata das ações do mesmo em se dirigir para Lisboa, para tratar de guerras travadas contra índios Tremembé, na região do Delta do Rio Parnaíba, este que servia de passagem para se ter acesso as terras do Maranhão. Porém, ações efetivas de fato, só ocorreram após 1711.⁸⁴

Todavia, após algum tempo a relação entre a coroa portuguesa e os padres jesuítas acabara entrando em crise, passando estes a serem vistos como uma ameaça para os interesses econômicos. Em contrapartida, simultaneamente a instalação de um governo na capitania do Piauí, o rei D. João nomeia seu então ministro como Marquês de Pombal, este que acabaria prendendo e expulsando os inacianos de todo o território brasileiro.

Cabe observarmos, que essa ação recorrente em todo o território não ocorria de maneira isolada e acontecia em um momento favorável, uma vez que, para Pereira Caldas, para além dos senhores de terra, o mesmo dividia a disputa do poder com a igreja. Tornando-se perceptível que;

⁸⁴ Ver, MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí: negócios e educação*. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. P. 93.

A campanha arquitetada contra os jesuítas pelo Marquês de Pombal, Ministro do Rei D. José I, em Portugal, encontrou em João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania do Piauí, um fiel defensor que, certamente, não gostaria de ver seu poder de administrador rivalizando-se com o dos administradores jesuítas [...].⁸⁵

4.2. A Capitania do Piauí após a implantação do Primeiro Governo

Ao assumir o posto de governador da Capitania do Piauí, em 1759, João Pereira Caldas, visando fazer-se cumprir as ordens expressas na Carta Régia de 29 de julho de 1759, coloca em prática a criação de vilas no Piauí, para que assim como desejava a coroa portuguesa, a população que vivia nas margens dos rios e em brejos, se direcionassem para a sede das vilas, povoando-as e fixando-se nestas.

Entretanto, as condições nas vilas não eram das melhores, não tendo suportes ou subsídios suficientes para se firmarem como vilas, devido a vários fatores, dentre eles “as condições geográficas da capitania: pequena densidade, baixo nível cultural, nenhum povoamento de significação social”.⁸⁶As mesmas não contavam com condições mínimas para a permanência da população em seus seios, visto que a administração portuguesa visava a criação destas, mas não destinava nenhuma verba ou subsídios para o desenvolvimento das mesmas.

Assim em 1761, ao receber outra Carta Régia de 19 de julho, o então governador destina-se a colocar em prática o que já lhe tinha sido ordenado desde o ano de sua posse como administrador da capitania. Como já foi mencionado, por consequência, a vila da Mocha seria elevada à categoria de cidade e capital da capitania e as demais povoações assumiriam a posição de vilas. Diante do ocorrido, a capitania recebe o nome de São José do Piauí e a então vila da Mocha agora cidade, passa a ser chamada de Oeiras.

Objetivando o povoamento das vilas, passou-se a ser concedidas sesmarias, para quem então desejasse morar nas mesmas. Onde muitos fazendeiros doaram prédios para a criação de órgão administrativos, e outros mais se comprometeram em fazer casas nas sedes das vilas. Mas, na prática isso de início pouco aconteceu.

Todavia, no ano de 1762, as vilas ainda contavam com um número insignificante de foros se comparado aos existentes nos subúrbios. Contabilizando os fogos dispersos entres as

⁸⁵MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí: negócios e educação*. Revista F @ ciência, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p.98.

⁸⁶NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros...* Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007. P. 114.

7 vilas, somava-se um total de 413, insignificante comparado aos 6273 espalhados pelo interior da capitania. Tornando-se perceptível uma forte resistência por parte da população, em aderir as novas objetivações de um projeto político-administrativo-social, que atingia de forma direta as formas de se relacionar, viver e os costumes para com os ideais de progresso e transformação. Como podemos analisar na tabela à baixo:

Tabela 7: Número de pessoas livres e cativos, e de fogos na sede e nos subúrbios, no Piauí em 1762.

	Sede			Subúrbios		
	Fogos	Livre	Escravos	Fogos	Livres	Escravos
Oeiras	270	655	465	324	1411	1084
Valença	39	121	33	266	751	578
Marvão	19	56	9	176	715	279
Campo maior	31	128	34	276	1120	585
Parnaíba	4	8	11	330	1747	602
Jerumenha	16	71	28	77	300	298
Parnaguá	34	37	60	130	229	576
Total:	413	1076	642	1579	6273	4002

FONTE: APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Com relação ao número de pessoas existentes em ambos os espaços da capitania, percebesse um número muito grande de cativos, que em algumas localidades ultrapassava ou chegava quase a atingir a mesma proporção de homens livres, como é o caso da sede de Parnaíba e Parnaguá, onde o número de escravos é maior que o da população livre. Também podendo ser perceptível na sede de Oeiras, então capital do Piauí, onde tendo uma população de 655 homens livres, contado por outro lado com 465 escravos, quase chegando a atingir o mesmo número de pessoas livres.

Voltando-nos para os subúrbios, temos proporções parecidas as das sedes, com uma quantidade de escravos bem significativa, mas por outro lado, os casos se invertem, uma vez que o número de pessoas livres no interior da capitania é quase 5 vezes maior ao de pessoas livres nas sedes. Mais um fator que comprova quão grande era a resistência da população em permanecer no interior da capitania, recusando-se a mudar para as vilas.

Diante dos dados fornecidos, podemos perceber que o Piauí pode ter sido excluído das relações do restante do país por algum tempo, mas ao ser inserido nesta cadeia de relações de dependência passou a reproduzir as mesmas ações e ideias do restante do território, podendo ser percebível na proporção da utilização da mão-de-obra negra escrava nas atividades voltadas para a pecuária.

De acordo com alguns relatos, assim como desbravador do Piauí, Domingos Afonso Sertão também foi o primeiro a introduzir os primeiros escravos negros⁸⁷ no território. Estes que diferente do que alguns historiadores anteriormente pensavam ser apenas utilizados nas atividades de produção de gêneros de exportação, acentuadamente nas zonas açucareiras, passaram a ser reestudadas, e foi perceptível o quão significativa foi a participação da mão-de-obra negra no Piauí nas atividades voltadas para a pecuária. Sendo ainda relevante destacar que se os escravos foram trazidos para o Piauí com o intuito de serem utilizados na pecuária, está prática já existia em outras regiões do país.

[...] O surgimento e evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas. Se Domingos Afonso Sertão, como afirmou em seu testamento, e os outros colonizadores trouxeram juntamente com o gado, os primeiros escravos para o Piauí, é óbvio que a prática escravista na pecuária vinha de outras regiões. Logo não foi na bacia oriental do Parnaíba que ela adquiriu essa característica.⁸⁸

A atividade escravista foi algo que fez parte de todo processo colonizador em toda a América, um fator histórico, que deixou marcas profundas.

Contudo, a sociedade Piauiense desde a chegada do primeiro “desbravador” passou a desenvolver relações pactadas, estabelecidas por meio de arranjos e trocas de favores o que acabou dando subsídios para uma verdadeira desordem na capitania. Pois, como podemos perceber o que se tinha traçado para o território piauiense não era apenas um projeto político, mas vários, estes que visavam atender interesses desde a igreja, agentes reinóis, até o criado em 1759, para atender aos interesses da coroa.

Um dos principais fatores que contribuíram para a formação desta sociedade está relacionado à sua localização geográfica e à dificuldade de comunicação com os principais centros urbanos da colônia, fazendo com que esta região onde se encontra o atual estado do Piauí não pudesse ser assistida com maior rigor pela política colonial, deixando-a abandonada e sob uma total anarquia.⁸⁹

⁸⁷ Sendo importante destacar, que a escravidão no Piauí pode ser entendida por dois aspectos: Em sua fase inicial, de descoberta e desbravamento, pela utilização predominantemente da mão-de-obra indígenas, e em um segundo momento, por ser mais eficaz, e devido uma maior agilidade, força e disposição, pela utilização de escravos negros. Ver, BRANDÃO, Tânia. *Características da Escravidão no Piauí*. In:_____. O escravo na Formação do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora UFPI, 1999.

⁸⁸ BRANDÃO, Tânia. *Características da Escravidão no Piauí*. In:_____. O escravo na Formação do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora UFPI, 1999. P. 115.

⁸⁹ COSTA, Ozael de Moura. *A caracterização da desordem na Capitania de São José do Piauí no século XVIII*. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. P. 1.

Cabendo pontuar que a colonização destas terras não se deu de início pelos administradores portugueses, tendo em vista, que uma região de clima e localização geográfica desfavorável não despertou interesse de imediato pela coroa, e desta forma, tiveram como colonizadores os fazendeiros, merecendo destaque, Afonso Sertão e a Casa da Torre, com a ajuda ainda dos desbravadores do sertão, os bandeirantes.

Os bandeirantes passaram a adentrar o sertão nordestino em busca de pedras preciosas e com o objetivo de caçar, perseguir, e quando conseguiam terminar uma guerra com sobreviventes indígenas, os aldeavam para a catequese. Todavia, como forma de gratificação pelo bom desempenho do seu trabalho recebiam doações em sesmarias na capitania, o que deu subsídios e contribuiu para a criação dos primeiros currais, e, por consequência, do desenvolvimento da pecuária, que viria a se tornar a principal atividade econômica.

A criação dos currais só passou a ser mais um meio para justificar as crueldades de tratamento contra os povos indígenas da região. Não sendo diferente das outras regiões do Brasil, a eminência do cativo indígena forçava os grupos a fugirem do território. Assim sendo, o processo de colonização do Piauí se daria mediante uma intensa e acentuada política de despovoamento da população nativa.

Com a necessidade de uma maior força de trabalho, os grandes proprietários de terras, passaram a substituir a mão de obra indígena, estes que eram vistos como frágeis e preguiçosos, pela negra, com um maior porte físico, agilidade e força. Mas, isso não significou o estabelecimento da paz ou libertação dos ameríndios, o que ainda perdurou por muito tempo.

De início sob tutela da administração das Capitânicas do Pernambuco e Bahia, posteriormente sob o Maranhão, e pós 1718 com a criação da Capitania de São José do Piauí, estas terras não tinham uma organização política, social ou administrativa própria, o que acabava por gerar uma grande desordem nas decisões e soluções de problemas. Sendo assim quase um século depois de sua descoberta em 1758, o rei D. João determina a criação de aparelho administrativo na capitania, com o intuito de estabelecer a ordem e o controle na mesma, uma vez que, o que se presenciava eram uma grande disputa local entre os sesmeiros e a igreja, e um cenário de violência.

Desta forma, com base nos relatos dos documentos administrativos e trocas de correspondências entre a coroa e seus encarregados, visava-se que a criação de um governo na capitania seria a solução para todos os problemas. Mas, o que ocorria de fato era a preocupação com o bem-estar da capitania? Será que estas terras que de início, não tinham

importância agora tinham algum significado para a coroa? Teremos agora então uma nova forma de ver e tratar a população existente na capitania?

As respostas para todas essas perguntas se dão de maneira negativa, porque o que teremos é apenas a implantação de um órgão administrativo, mas que continuará tecendo suas ações com base em relações de prestações de favores e trocas. Que continuará a utilizar a população existente apenas como um meio para atingir um fim, sendo este de cunho econômico. Processo este que encontrava na escravidão um meio para segregar e classificar a população existente.

Contudo, agora com ideais de progresso e modernização, a coroa portuguesa visando cada vez mais garantir seu sustento com a exploração da colônia, passará a interferir no modo de vida da população, objetivando através da criação de vilas na região, tirar a população existente no interior da capitania para se deslocar para a sede, onde seriam criadas as primeiras vilas. Olhando de forma superficial, até que seria uma boa ideia, mas por outro lado, o que se tinham em mente era obter o controle dessa população tida como incivilizada, mudar seus costumes e modo de vida e prol de um possível progresso.

E todo esse emaranhado de relações acontecia em consonância com as ações da religião católica, esta que tinha como lema a salvação, acabava-se por esta inserida em uma ordem global, utilizando-se da ação divina como intuito e como instrumento para alcançar domínio pelo mundo, desempenhando como finalidade um papel política e não propriamente divino.

A economia Piauiense: Uma “ideologia pecuarista”⁹⁰

É evidente que as fazendas de gados determinaram a forma de ocupação e distribuição da população pela capitania. E assim sendo, com más condições climáticas e geográficas na maior parte do território, não disponibilizava subsídios para o desenvolvimento da agricultura. Por consequência, a única forma de economia encontrada e favorável para ser desenvolvida seria a criação de gado.

Mas, cabe ressaltar que mesmo a atividade de pecuária sendo predominante na região, algumas pequenas localidades as quais encontravam-se brejos, nas margens de rios, em terras úmidas, possuíam uma pequena população destinada a agricultura de subsistências, algo

⁹⁰ Termo Utilizado por MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976.

voltado para o consumo local, para suprir as necessidades da vida cotidiana, nada que fosse possível gerar um comércio local, ou de exportação. Ou seja, algo bem reduzido.

Contribuindo dentre estes e outros fatores, para a falta de interesse dos colonizadores em morar na capitania. O que veio a contribuir para uma ocupação do território tardiamente. Fora descoberto em 1674, pelo português Domingos Afonso Mafrense. Mesmo após o seu descobrimento a coroa de início não buscou povoar a região, tendo em vista, que até mesmo os criadores de gados preferiam morar no litoral e colocar jagunços para cuidar de suas terras. Contudo, só haverá imigração espontânea para o Piauí no final do século XVIII, por nordestinos provenientes das zonas açucareiras, vindos devido a pecuária que estava em alta.

De acordo, com os relatos do vigário Pe. Coutinho em 1697, uma pequena parcela da população sempre se destinou a atividade agrícola de subsistência, mas esta foi sempre rejeitada e vista com maus olhos pelos colonos, uma vez que, para além dos problemas climáticos e geográficos, os mesmos encaravam a pecuária como uma atividade econômica muito lucrativa, a qual necessitava de uma grande demanda de mão-de-obra, e desta forma, não se queria que a população tirasse o foco desta.

Era um negócio bem vantajoso, pois, algumas regiões vizinhas dependiam da sua exportação de carne, para suprir suas necessidades na lavoura comercial, como era o caso da Bahia, voltada para a produção de cana de açúcar e fumo, e o Maranhão com o algodão. Tendo em vista que,

Muito embora tais regiões pudessem desenvolver mais sua própria pecuária, era-lhes mais interessante ocuparem suas terras e mão-de-obra com a lavoura comercial, sendo por conseguinte mais rentável comprar dos sertões do Piauí as boiadas necessárias para o consumo interno⁹¹

Por outro lado, cabe destacar que não eram apenas os grandes latifundiários que pretendiam desenvolver a pecuária, mas também os próprios colonos, era como algo que já tinha sido internalizado e absorvido, onde se via uma forte exaltação pela pecuária, desprezando-se o cultivo da terra.

Analisando os dados disposto na Descrição da capitania de São José do Piauí, pelo Ouvidor Moraes Durão, podemos compreender a evolução com relação ao crescimento dos números de fazendas de gado no Piauí, de 1697 até 1772, assim como exemplificado na tabela à baixo:

⁹¹MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976. p. 354.

Tabela. 8: Número de fazendas de gado no Piauí: 1697 – 1772.

Ano:	Número de Fazendas:
1697	129
1730	400
1762	536
1772	578

Fonte: "Descrição da Capitania de São José do Piauí", do Ouvidor Antônio José de Moraes Durão, Oeiras do Piauí, 15 de julho de 1772, apud. MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976. P. 357.

Diante dos dados, podemos perceber um crescimento significativo das fazendas na Capitania, principalmente de 1697 a 1730. A maioria das fazendas ficava localizada perto de rios e cursos d'água, assim também como excediam o número de léguas dispostos para cada fazenda, em muitos casos devido a necessidade do manejo do gado ou por busca de pastos verdes. E aquelas fazendas que não ficavam nas proximidades dos rios encontravam dificuldades para o criatório dos mesmos, tendo que ficar manejando o gado para levar para tomar água nas margens dos rios.

Outra dificuldade encontrada era a locomoção do gado para vender nas outras regiões, pois devido a não existência de meios para transportar esses animais, os mesmos eram levados a pé para a negociação. O que acabava causando o emagrecimento do animal, e por consequência a baixa no seu valor de mercado. Assim como podemos exemplificar na passagem à baixo:

Segundo os peritos da época, um boi "gordo e capaz de matalotagem" pesava entre 9 e 12 arrobas ao sair da porteira do curral: no caso de ser transportado, ou melhor, comboiado para a Bahia, a longa caminhada de mais de 22 léguas, fazia-o perder muito peso. Não só as boiadas chegavam desfalcadas (vários animais ou se extraviavam ou morriam pelo caminho), como os animais que conseguiam chegar à feira de Capoame, no Recôncavo baiano, tinham perdido às vezes até 1/3 de seu peso ao iniciar a jornada de uma capitania para outra.⁹²

Por outro lado, mesmo sendo vista como uma atividade lucrativa, a principal fonte de renda da região se comparada aos outros gêneros de exportação, tinham um baixo valor no mercado. E desta forma, torna-se perceptível, que para além dos fatores citados, o que causava uma forte dependência pela atividade pecuarista, poderia se dizer que era uma

⁹²MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976. p. 366.

“ideologia da pecuária”⁹³. O que acabava por impedir um maior desenvolvimento econômico, e o desenvolvimento de novas atividades rentáveis.

CONCLUSÃO

No decorrer da pesquisa e escrita da monografia, tornou-se frequente a presença e a leitura da historiográfica local que, em essência, exalta o colonizador. Cabe ao historiador do presente compreender as lógicas de produção da nossa escrita, os locais de produção e os interesses por trás de cada escrita. Mudanças interpretativas e temáticas são necessárias. Quando falamos da chegada dos portugueses às Américas não devemos apenas voltarmos para este como um acontecimento natural, um fato que chegaria até nós, do Piauí, com a criação das fazendas de gado vacum e cavalariço. Entender esse processo é também inserir a participação indígena e negra na formação dos elementos constituintes da administração portuguesa nessa parte dos domínios do ultramar.

Ainda nos atendo a utilização do termo “descobrimto”, que por muitas vezes acaba por romantizar e disfarçar a realidade dos acontecimentos, a sua problematização ou entendimento acaba por anular a presença indígena. Assim, buscou-se no decorrer deste trabalho desenvolver uma escrita com o intuito de entender as formas e as relações construídas por agentes coloniais e sujeitos subalternos que viveram no território Piauiense nos séculos XVII e XVIII, no intuito de entendê-los dentro de uma engrenagem maior e de expansão dos Estados Nacionais europeus nas quatro partes do mundo. O suposto esquecimento ou prováveis distâncias continentais não foram fatores suficientes para se pensar num eventual isolamento desses povos na lógica administrativa do Antigo Regime.

Os relatos de viagens, as cartas das autoridades coloniais e as narrativas dos religiosos da Companhia de Jesus que buscavam entender um mundo diferente dos seus através de um modo de ver e de pensar particular e singular são demonstrativos dessas conexões e interesses

⁹³ Ver, MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. In: _____. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*, 1976.

metropolitanos nessas terras. É bem verdade que as razões residiam apenas em sugar e extrair riquezas de um território recém encontrado, fonte apenas de lucros não se importando, em muitos casos, com as populações aqui existentes.

Estudar sociedades do século XVIII possibilita perceber o quão importante e significativo é o trabalho do historiador na busca por entender e compreender um passado que não é nosso e, muitas vezes, quando o tomamos como nosso o esquecemos, deixando de enxergar como os sujeitos daqueles tempos deram respostas aos seus problemas, problemas que em muitos casos nos ajudam a pensar os nossos, do presente.

ANEXOS

ANEXO A



Mapa 2. Mostra-se na presente carta a descripção de todo o estado do Brasil que polla parte de Norte comesa no grande Rio Para... e acaba...na boca do rio da Prata. Feitas em Lisboa. Albernaz, Joao Teixeira.1627. Disponível em: < Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France>, acesso em: 11-06-2017.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

A) Documentos manuscritos

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

APEPI. Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da Capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí. Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

Decreto do rei D. José nomeando o Sargento-mor de Infantaria do Pará, João Pereira Caldas, no cargo de governador do Piauí. Lisboa, 31 de julho de 1758. AHU_ ACL _ CU _ 016, CX. 5, D. 358.

Carta do [governador e capitão-general do Pará] Manoel Bernardo de Melo e Castro, ao [Rei D. José], sobre as intenções do governador do Piauí, [João Pereira Caldas], de criar um almoxarifado, no Piauí, independente do Maranhão. Pará, 12 de novembro de 1761. AHU_ ACL _ CU _ 018, CX. 8, D. 497.

Carta do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao Rei [D. João], sobre o pedido e aumento da sua jurisdição aos governos do Pará e Maranhão para continuar a guerra contra o gentio. Vila da Mocha, 26 de janeiro de 1760. AHU_ ACL _ CU _ 016, CX. 6, D. 384.

OFÍCIO do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao desembargador e ouvidor, [Luís José Duarte Freire], sobre a relação que deveria ser feita dos bens administrados pelos jesuítas, com encargos de capelas, minas, sufrágios e outras obras pias. AHU_ ACL _ CU _ 018, Cx. 8. D. 500. Oeiras do Piauí, 21 de Janeiro de 1762.

B) Documentos transcritos e impressos

A Carta, de Pero Vaz de Caminha. Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. NUPILL. Disponível em: <<http://www.cce.ufsc.br/~alckmar/literatura/literat.html>> acesso em: 24/08/2016.

Dezcrição do certão do Peauhy Remetida ao Illm.º e Rm.º S.or Frei Francisco de Lima Rispo de Pernam.co. 11 de junho de 1697. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P.370-389.

Termos da fundação da Nova Freguesia e Igreja de Nossa Senhora da Vitoria do Piauí. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 363.

Carta autografa de D. Francisco Lima, Bispo de Pernambuco, de 11 de junho de 1697, remetendo a Roque Monteiro Paim a descrição do Sertão de Piauí. As guerras dos Palmares (Subsídios para sua história): Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 362.

Termo da eleição que fizeram os moradores do certão do Piauí, do lugar, p.a se fazer a Ig.ja de Nossa Senhora da Victoria. 11 de fevereiro de 1697. In: ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 364-365.

Termo da obrigação dos Moradores. 11 de fevereiro de 1697. In: ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. 1687-1700. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. P. 366- 367.

Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, do Sertão do Piauí, do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antonio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12.

Relação de Nossa Senhora da Vitória da Villa da Mocha do Sertão do Piauí do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757. Instituto Geográfico e Brasileiro, Arq. 1. 1. 12, Ms. do Conselho Ultramarino.

C) Dicionários e relatos de viagem

Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU- PIAUÍ – CU- 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de dezembro de 1722.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX.* 3.ed. ver. aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>> acesso em: 03/04/2017.

BIBLIOGRAFIA

A) Obras Raras:

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes de sua separação e Independência de Portugal.* 2ª ed. Rio de Janeiro: E & H, 1877.

B) Teses, dissertações e artigos:

AGNOLIN, Adone. *Atuação missionária jesuítica na América portuguesa: a peculiar via renascentista, sacramental e tridentina à salvação no (s) Novo (s) Mundo (s).* Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2011.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. *As bases históricas da formação territorial piauiense.* Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, jul. /dez. 2003. p 55-76.

COSTA, Ozael de Moura. *A caracterização da desordem na Capitania de São José do Piauí no século XVIII.* Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. *Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII).* São Paulo: Revista de História, nº 168, p. 167-200, janeiro/ junho 2013.

EVERTON, Sthênio de Sousa. *Renovação na Historiografia: Martius a voz que clama no deserto.* Natal-RN: XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

FERREIRA, Murilo Cunha. *A Política Pombalina de Planejamento Espacial e Territorial na Colonização do Piauí durante o século XVIII*.(UFRN). [19--?].

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A “NOBREZA DA TERRA”*:a constituição de uma elite local na capitania de São José do Piauí – do final do século XVII ao final do século XVIII. *Outros Tempos*, vol. 09, n.14, 2012. p.197-221. ISSN:1808-8031.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. *A Pedra e o Pálio*: Relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010.

GRUZINSK, Serge. *O historiador, o macaco e a centaura*: a “história cultural” no novo milênio. *Estudos avançados* 17 (49), 2003.

LABORIE, Jean-Claude. *A dispersão do saber missionário sobre as américas de 1549 a 1610*: O exemplo jesuíta. *Revista de História* 152, 2005. P. 09-27.

MARCOCCI, Giuseppe. *Escravos ameríndios e negros africanos*: uma história conectada Teorias e modelos de discriminação no império português1 (ca. 1450-1650). Pesquisador da Scuola Normale Superiore di Pisa, jul. 2010.

MENDES, Francisco; LACERDA, J. [et. all]. *Jesuítas no Piauí*: negócios e educação. *Revista F @ ciência*, Apucarana- PR, ISSN 1984- 2333, v. 7, n. 9, 2010. p. 89-102.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros; ASSIS, Nívia Paula Dias. *Padres e Fazendeiros no Piauí Colonial – Século XVIII*. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. p. 1-9.

RUSSELL-WOOD. A. J.R. “*Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1800*”. *Revista brasileira de História*. vol. 18, n. 36, São Paulo 1998.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *A “civilização dos índios” no século XVIII*: da legislação pombalina ao “Plano” de Domingos Barreto. São Paulo: *rev. hist.* n. 170, jan. -jun, 2014. p. 233-260.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional brasileira*. [19--?].

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

C) Livros e capítulos de livros:

BACELLAR, Carlos. *Uso e mal uso dos arquivos*. IN:_____.PINSK, Carla Bassanezi. Fontes documentais. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, Tânia. *Características da Escravidão no Piauí*. IN_____. O escravo na Formação do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII. Teresina: Editora UFPI, 1999.

CHAVES, Monsenhor. *O escravo no Piauí*.IN:_____. História, literatura e sociabilidade. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial*, In: História e Historiografia. Cidade: editora, 2006.

FAUSTO, Boris. *O Brasil colonial (1500-1822)*. IN:_____. História Concisa do Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. P. 9-75.

JUNIOR, Caio Prado.*Formação do Brasil Contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LÉRY, JEAN DE. *Viagem à terra do Brasil*. 2.d. Biblioteca do exército — editora. 1961

MOTT, Luiz R. B. *Estrutura Demográfica das Fazendas de gado do Piauí Colonial: Um caso de povoamento Rural Centrífugo*. IN:_____. Piauí colonial: população, economia e sociedade,1976. p. 89-123.

MOTT, Luiz R. B. *Fazendas de gado no Piauí: 1697-1762*. IN:_____. Piauí colonial: população, economia e sociedade, 1976. P. 343-369.

NUNES, Odilon. *Primeiros Governos*. IN:_____. Pesquisas para a História do Piauí. 2. ed. v. 1, Rio de Janeiro: Artenova, 1966. p. 95-126.

NUNES, Odilon. *Pesquisa para a História do Piauí: Pré-história*. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros... Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.

MOTT, Luís, R.B. *Piauí Colonial: População, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1976.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, ARIANI DE OLIVEIRA LIMA,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
PROJETOS COLONIAIS E ADMINISTRAÇÃO PORTUGUE-
SA NA CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAÚ, SÉCULO XV.III.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 15 de MARCO de 2018.

Ariani de Oliveira Lima:
Assinatura

Ariani de Oliveira Lima:
Assinatura